

GENOCÍDIO E CORRUPÇÃO

Em meio à tragédia das 500 mil mortes, MPF e CPI descobrem esquema de propina no Ministério da Saúde para compra da Covaxin. Um negócio nebuloso no valor de R\$ 1,6 bilhão. O presidente da República foi avisado pessoalmente por um deputado aliado sobre o caso. E nada fez

É MAIS UM MOTIVO PARA O IMPEACHMENT!

Todos às ruas, em 24 de julho: FORA, BOLSONARO



focus
BRASIL

NESTA EDIÇÃO

Entrevista com Paulo Betti

A vitória de Lula no STF

A extrema-direita na AL

Cinco anos pós-golpe:

A economia patina,
a desigualdade aumenta
e o desemprego explode

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cantalice

Fundação
Herbert de Azevedo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

INSTITUTO
Cruz

LAURO CAIXES E
MARTELLE FRANCO

FLA-AP

ASTROJUDO

Herbert de Azevedo

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira
dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eliane Aquino,
Elói Pietá, Flávio Jorge Rodrigues, Helena Abramo, Iole
Íliada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais Abramo,
Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da Silva, Maria
Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu Faria, Nilma
Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel Soledade
Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes,
Teresa Campello e Valmir Assunção

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091



**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

transmissão



DCM Forth



SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

NESTA EDIÇÃO

PANDEMIA: UM ESQUEMA DE CORRUPÇÃO

ENTREVISTA. Paulo Betti defende a retomada da bandeira nacional pelo povo
Página 4

ESCÂNDALO. O governo Bolsonaro chafurda na lama: suspeita de propina na Saúde
Página 11

PRESSÃO. Organizações marcam novos atos em 24 de Julho pelo impeachment
Página 13

GOLPISMO. Extrema-direita da América Latina recorre à velha tática da instabilidade
Página 18

LAVA JATO. Supremo confirma a suspeição e parcialidade de Sérgio Moro
Página 26

ECONOMIA. Cinco anos depois do Golpe de 2016, o Brasil continua atolado
Página 33

EMPREGO. Prometeram o paraíso, mas o mercado de trabalho nacional é o inferno
Página 36

Divulgação

EDITORIAL

O POVO NAS RUAS VAI DERROTAR BOLSONARO

Aloizio Mercadante



A força das mobilizações populares do 24M e do 19J mudou definitivamente a conjuntura política brasileira. Mesmo em um cenário de risco com a pandemia, o povo foi para as ruas lutar contra o governo da destruição.

Bolsonaro destrói o meio ambiente e ataca a cultura, a ciência, a educação, a liberdade de imprensa e a diversidade. Também promove a intolerância, degrada as instituições democráticas e o negacionismo dele foi o grande responsável por mais de 500 mil mortos na pandemia.

A fome e o desemprego estão por toda parte e o povo, depois de protestar com peneiras e nas redes sociais, foi para as ruas, em duas poderosas manifestações, que pressionam o Congresso e os partidos de direita que mantinham na gaveta mais de 100 pedidos de impeachment.

A pandemia e o desgoverno aceleram a desigualdade social e concentram renda e a riqueza. Agora, 1% da população tem mais da metade da riqueza do país, enquanto o desemprego e a pobreza crescem por toda parte.

Para piorar, o Congresso segue passando a boiada e aprovando, com apoio incondicional do Planalto, uma agenda de desmonte e de retrocessos. O caso mais recente foi a temerária privatização da Eletrobrás, mesmo diante de uma grave crise hídrica, com a possibilidade real de racionamento, pretendem retirar do Estado uma ferramenta imprescindível para administrar o sistema elétrico.

Na última semana, também presenciamos a aprovação de uma proposta que inviabiliza a demarcação das terras e a proteção dos territórios dos indígenas, expulsos da Esplanada dos Ministérios a tiros de bala e com bombas de efeito moral. Sob Bolsonaro, os povos indígenas ficaram reféns das milícias rurais, dos madeireiros e dos mineradores ilegais, como está ocorrendo, neste momento, nas terras ianomâmi.

Está em curso ainda uma tentativa de mudança do sistema eleitoral, com foco no Distrito Federal, com o claro objetivo de impedir o avanço da esquerda. Ao mesmo tempo, Bolsonaro aventa a volta do voto impresso para tumultuar o processo eleitoral e flertar com uma aventura golpista, com o mesmo comportamento da extrema direita nas eleições dos EUA, Bolívia e agora no Peru.

Além disso, um novo fator desestabilizador entrou em cena na deterioração do governo Bolsonaro: o avanço das investigações da CPI da Pandemia chegou a graves irregularidades na compra de vacinas, com participação direta do próprio presidente. O povo brasileiro se depara com o fato de que o negacionismo bolsonarista também era uma grande negociata.

Na quarta-feira, 30, um amplo leque de forças políticas vai apresentar à Câmara um superpedido de impeachment contra Bolsonaro. Vai reunir argumentos dos mais de cem pedidos de impeachment já protocolados, acrescidos dos crimes na gestão da pandemia e da corrupção na compra de vacinas que estão sendo apurados pelo MPF e pela CPI do Senado.

Com um Bolsonaro cada vez mais acuado, degradado e isolado, Lula cresce de forma consistente nas pesquisas e no coração do povo brasileiro. Em todos os levantamentos, Lula vence e aumenta a diferença para Bolsonaro e, em alguns casos, já no 1º turno. Ele é o grande líder capaz de reconstruir a devastação deixada por um Golpe de Estado e por um governo genocida.

O cenário aponta que a vitória das forças populares está próxima, mas a luta do povo nas ruas precisa continuar e avançar. A nossa missão começa por fazermos um 24 de julho ainda mais forte e amplo do que foi o 19J. Fora Bolsonaro e Lula lá.



“ESTAMOS DIANTE DA MORTE. NÃO TEM NADA MAIS GRAVE DO QUE ISSO”

Um dos grandes atores brasileiros, Paulo Betti assume a retomada da bandeira nacional como resgate de um símbolo de esperança para o povo no momento mais grave da história do Brasil. “Temos que trincar os dentes para garantir a legalidade”, diz. “Temos que lutar para mudar, para nos defender dos ataques e tentar ver tudo o que teremos que reconstruir. E vamos reconstruir. Vamos sobreviver à pandemia e a esse apagão mental que deu no Brasil”

Por Pedro Camarão

Paulo Betti enxerga a política sob os conceitos simbólicos dos espetáculos teatrais. É em função dessa perspectiva que o ator e diretor decidiu incentivar a utilização da bandeira do Brasil como símbolo das manifestações organizadas pelos movimentos sociais. “É um espaço que precisamos disputar”, afirma.

Imaginando como seria uma passeata que misturasse o vermelho ao verde-amarelo, Betti diz que não deve haver concorrência entre os símbolos. “Quanto mais bandeira vermelha tiver, e mais bandeira verde-amarela houver, mais elas vão aparecer ali no meio. Vai ser interessante porque vai criar um atri-

to de informação”, avalia.

Por outro lado, o ator reconhece que o uso insistente das cores da bandeira pela extrema-direita faz com que seja mais complicado para a esquerda voltar a adotá-las. Essa preocupação com a valorização do símbolo nacional vem de muito tempo.

Paulo Betti se reconhece como militante de esquerda, afinado com ideais socialistas e conta que sempre levou a bandeira brasileira com pequenos adereços na cor vermelha. Avalia que, dessa forma, é possível passar um recado: “É esse Brasil aqui que a gente quer, para esse lado aqui [vermelho], para o lado do povo, do esclarecimento”.

Ele espera que o levante popular ajude a concretizar o afastamento de Jair Bolsonaro da Presidência. Ou, ao menos, colaborar para que ele não tenha condições de se reeleger. No entanto, mesmo acreditando que Bolsonaro será vencido, Betti se diz preocupado com os rompantes golpistas do presidente. “Temos que trincar os dentes para garantir a legalidade”, aponta.

Sobre a importância de se posicionar, é categórico. “Nós estamos diante da morte. As pessoas estão morrendo”, aponta. “Não tem nada mais grave e mais definitivo do que isso”. Na entrevista à **Focus Brasil**, ele também relembra momentos da campanha eleitoral de 1989, da qual participou ativamente.

Focus Brasil – Você mencionou que sempre teve um olhar voltado para a simbologia dos atos políticos, que a preocupação com a presença da bandeira do Brasil nos protestos da esquerda não vem de agora. É isso?

Paulo Betti – Sim. Sou ator e diretor de teatro. Cada profissão nos deforma de alguma maneira. Por exemplo, o cardiologista olha suas mãos, olha você e já sabe se você tem características de um cardíaco. Eu olho as coisas do ponto de vista dos símbolos do teatro. A gente trabalha com símbolos, arquétipos, imagens e cenários. Na eleição Lula versus Collor, eu estava muito envolvido na campanha do Lula. Muito mesmo. Viajei com ele num aviãozinho em que fomos ele, dona Marisa, Lucélia Santos e eu. E você fica querendo ajudar no comportamento, no discurso, no que nós sabemos. Você tenta aconselhar. E o Lula tinha um debate contra o Collor em que ele abriria o encontro e encerraria. Isso estava pré-estabelecido. Então, tínhamos um pênalti logo no começo do jogo. E outro no final. Eu falei para ele: “Olha, fala o que você quiser no primeiro discurso. Mas no último, tire a carteira de trabalho, leve a carteira no bolso do paletó” – aquela que todo cidadão brasileiro tem que ter para mostrar que é cidadão, uma pessoa que anda na rua, que toma ônibus. Mostrar uma carteira de trabalho é algo importante. E isso com o Lula, Partido dos Trabalhadores, em 1989, num segundo turno contra o patrão. Entende? Então era muito adequado para ele marcar o “segundo gol”.

Eu me predispus a ensaiá-lo para isso, prevendo como seria o espaço para que não esbarrasse nos microfones como aconteceu. Na edição do debate, colocam o cara batendo no microfone e passa uma imagem de que ele estava inseguro. E o Collor jogando com esses símbolos de uma forma

muito inteligente... Sacana, mas inteligente. Ele tinha uma pilha de documentos bem ordenados dentro de pastas que ele dizia que tinha para ameaçar o Lula. Enfim, eu mergulhei fundo nesse debate. Eu assisti o debate na casa de um amigo e estava presente o bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, um dos heróis entre os católicos. E ele fumava um cigarro, desculpe entregar o bispo. Olha, não sei se inventei isso, mas me lembro de no final ficarmos de joelhos para o momento em que

**EU ME ENGAJO
PORQUE SOU
UM MILITANTE.
SOU SOCIALISTA.
O SOCIALISMO
É AUDACIOSO.
QUER CORRIGIR
A NATUREZA
HUMANA**

esperávamos que o Lula falasse “aqui está o documento [a carteira de trabalho] que você não tem”. Poderia falar de qualquer jeito que “a bola iria entrar”. Mas, ao invés de fazer isso, Lula falou uma frase assim: “Ele acha que é um caçador de marajás, mas é um caçador de maracujás” [fica em silêncio e ri]. Ele encerrou a fala assim. Claro, é normal, mas toda vez que eu o encontro, eu tiro sarro dele com isso. Agora, na reunião dos artistas com Lula, eu brinquei com ele.

– Eleição é sempre nervosa.

– Eu sempre observei muito desse ponto de vista. Acabavam os comícios, comício na Candalaria com 500 mil pessoas, aquela confusão, o comício mal dirigido, o Chico Buarque cantando uma música maravilhosa, entrava o Brizola do outro lado e atrapalhava tudo. Eu queria mais respeito nos comícios para o musical, para que não fosse ruim para quem está vendo. Eu queria fazer outra coisa. O Collor já estava na nossa frente, e ele fazia um “avancé”, tinha um platôzinho na frente do palanque. O que fazia com que na hora de fazer as fotos, fosse destacado. Ele não se diluía.

E eu me engajo porque gosto de militar, sou militante, sou sindicalista, sou de esquerda, sou socialista. Acho que isso é outra coisa que devíamos parar de ficar com encheção de saco. Vamos explicar para as pessoas o que é o socialismo, o que é o comunismo. As pessoas têm que entender que se não fosse o socialismo, pô, eles estavam trabalhando 24 horas por dia, sem descanso, com o patrão em cima. O que faz a força do trabalhador, seja ele da cultura, de qualquer setor, é a união em torno de um sindicato. É essa união que pode fazer frente por melhores condições de trabalho. Além de todo o projeto que tem de o socialismo ser algo tão audacioso, que quer corrigir a natureza humana. O socialismo vai contra a natureza humana. Isso que é bonito. Segundo o Antônio Candido, pelo menos foi o que eu entendi nas diversas vezes que eu li essa entrevista dele, ele diz que o socialismo é uma doutrina vencedora porque conseguiu muitas conquistas.

– Você falou sobre o seu olhar para a questão simbólica na política. Mas nesse momento, especificamente, por que é importante trazer a bandeira brasileira para os protestos

organizados pelos movimentos populares, um símbolo que nos últimos anos acabou, infelizmente, muito ligado à direita, a essa direita fascista?

– Eu acho que é um espaço que a gente deve disputar, entende? Sem abdicar da cor vermelha que é a cor que diz respeito à ideologia que a gente professa – eu, pelo menos, me afino com o pensamento da esquerda no aspecto da tentativa de corrigir a natureza violenta do homem, por exemplo. [Combater] O egoísmo. [Outro exemplo] A primeira “socializada” quem dá é mãe: “Vai dividir com seu irmão mais novo”.

Nesse momento, eu não pensei em fazer campanha nenhuma. Estou apenas expondo o que eu acho desse momento e exercendo o meu papel de cidadão que vai para um ato. Uma manifestação é algo que propõe uma ação, que faz um movimento. É como se fosse um teatro onde eu sou chamado a desempenhar o meu papel de cidadão. Nós não estamos de forma alguma impondo alguma coisa para alguém. Estamos apenas expressando, de uma forma absolutamente pacífica, criativa, divertida, segura. Nos dois lugares em que estive em manifestação, achei tranquilo. Todo mundo de máscara. As manifestações são também um espetáculo de teatro. Cada um vai com uma fantasia... Cada um vai com uma expressão. Então, tem um lá com uma tabuleta: “Fora, Salles”. E as pessoas aplaudem aquele ator, que está declamando um texto bacana.

O que eu vi nas manifestações na Avenida Presidente Vargas, a partir do monumento do Zumbi de Palmares – aquele lugar é perfeito para começar as manifestações. Na primeira vez, tinha um boneco inflável grande do Lula. Depois, ele sumiu. Até pensei que, talvez, realmente não deva

ter um boneco do Lula. E nessa última não teve, mas teve muita criatividade. É isso o que eu queria destacar. Por exemplo, a minha criatividade é zero.

– Como assim?

– Eu pego aquela bandeira [aponta para a bandeira do Brasil que aparece no fundo da sala da qual está falando], ponho uma camisa vermelha para fazer um contraponto com aquela bandeira e não ser confundido com um militante do Bolsonaro, e vou

TEM QUE DE PERDER A VERGONHA PARA PEGAR A BANDEIRA DO BRASIL, EU RECONHEÇO. MAS SEMPRE FIZ QUESTÃO DE CARREGÁ-LA

para a manifestação. Lá, vejo outras pessoas com suas “fantasias”. E elas são incríveis, críticas, dramáticas. Vi muita coisa dramática. A manifestação contém uma certa euforia. Você vai para ter um pouco de euforia, olhar para todo mundo e falar “estamos juntos”. É lindo. Nada mais bonito do que uma manifestação democrática, né?

Vendo como diretor de cena, vai ter uma maioria de bandeiras vermelhas, né? Ninguém tem dúvida disso. Mas quanto mais

bandeira vermelha tiver e quanto mais bandeira verde-amarela tiver, mais vão aparecer ali no meio. E vai ser interessante porque cria um atrito de informação. A gente está pegando a nossa bandeira, caramba. [rindo] Tem que se passar por um certo processo de perder a vergonha para pegar a bandeira do Brasil, eu reconheço. Mas eu sempre fiz questão de carregar a bandeira do Brasil e me vestir de vermelho ou carregar um detalhe vermelho na bandeira brasileira. Também sempre achei importante que ela aparecesse nas campanhas eleitorais. E, não sei, parece inacreditável, mas tem gente que não acha isso legal. Eu acho que não tem nada de errado. É a bandeira do Brasil e o nosso vermelho amarrado nela é um recado que a gente quer dar: “É esse Brasil aqui que a gente quer, para esse lado aqui, para o lado do povo, do esclarecimento”.

– Depois do ato do dia 19, em que a sua iniciativa da ganhou amplitude, vimos que pessoas declararam apoio, caso do Pedro Cardoso e outros. Existe contato com a organização dos protestos para tentar fazer disso uma ação que seja parte das manifestações?

– Eu acho que tem que ser do jeito como está sendo, espontaneamente. Acho que quem quer ir com as bandeiras verde-amarelas, legal. O fato de ser pandemia faz com que você seja obrigado a ficar a dois metros do outros. Isso do ponto de vista da cena é muito bom porque você tem fotos aéreas incríveis. Não dá sensação de vazio em lugar nenhum. As pessoas querem ver aquilo cheinho e nós tivemos essa foto que os jornais não aproveitaram. Achei que os jornais bobearam porque é uma imagem bem emblemática com a Catedral [no Rio de Janeiro] atrás. Pô, é sensacional. Nem a

Folha nem o Globo, os jornais que eu leio, mostraram a foto. Cada um tem que fazer do seu jeito, eu fico até meio constrangido se alguém disser que está com a bandeira do Brasil por minha causa. Sabe? Estava todo mundo pensando nisso. Poxa, a gente tem um carinho por esse símbolo.

Na campanha do Haddad, eu tentei influenciar muito o pessoal que fazia a campanha dizendo que alguém tinha que andar com essa bandeira. Agora, nesse encontro do Lula com os artistas, eu levei a bandeira. Cheguei lá, a mesa formada, começaram a discursar, eu olhei e não tinha nada lá atrás. Era um fundo frio, sem cor. Aí peguei a bandeira, falei “me desculpem” e o [Ricardo] Stuckert, que é fotógrafo, me ajudou. Arrumou uma fita crepe, colamos a bandeira e ficou muito mais legal. O Lula em todas as fotos desse evento apareceu com a bandeira do Brasil, que é o símbolo dele e do brasileiro. E não tem nenhum tipo de mensagem negativa nesse símbolo. Eu coloco um pouquinho de vermelho. Aquela bandeira tinha. Sempre coloco. Talvez colocar a palavra “Amor” - Ordem e Progresso -, conforme o Jards Macalé apregoa, que seria o correto do ponto de vista do positivismo, né? Parece que a frase completa é essa: Amor, Ordem e Progresso.

– Como foi a emoção de voltar a um protesto depois de tanto tempo de isolamento?

– Foi a mesma emoção de fazer uma apresentação teatral. Saí de casa com a bandeira, estudei a camisa, o melhor tênis para caminhar, se a bandeira estava direitinho. Senti falta dos paninhos vermelhos [na bandeira do Brasil], mas pensei “lá eu encontro”. E tinha um senhor lá vendendo, comprei e amarrei. E você vê todos chegando ao mesmo tempo, é muito forte, muito bonito. Isso

quando pega... Agora, já tem outra no sábado [dia 26] e eu irei. Já sabemos que é uma menorzinha, só para o pessoal de 1968. Em comemoração à Passeata dos 100 mil.

– Por que esse é um momento tão fundamental para o Brasil em que as pessoas precisam se mobilizar e se posicionar?

– Porra, porque você está diante da morte. Nós estamos diante da morte. As pessoas estão morrendo. Não tem nada mais grave e mais definitivo do que isso. Na

**ESTAMOS COM A
CONVICÇÃO DE QUE
AS COISAS ESTÃO
SENDO FEITAS
DE MANEIRA
ERRADA. É TÃO
VIOLENTO, TÃO
DESAGREGADOR:
500 MIL MORTOS**

medida em que as pessoas sentiram que dava para sair, embora tenha um risco nisso e, claro, muita gente já está vacinada e todo mundo já está mais ou menos treinado... Então, é o seguinte, se a gente não reagir diante da morte, para que existimos? Por que estamos vivos? Nós estamos com a convicção de que as coisas estão sendo feitas de maneira errada, senão a gente iria ficar em casa numa boa só batendo palma, mas não é assim que está acontecendo. Estamos vendo. Na

CPI, em todos os lugares. A gente já sabia, mas acho que ninguém talvez ousasse pensar que fosse ser tão violento, tão desagregador, tão destrutivo quanto está sendo. Gente [fala estarrecido]: 500 mil mortos. Todas as perspectivas de pesquisas dizem que podia ser 1/4 disso. Podiam ser 175 mil mortos, em vez de 500 mil. Estaria mais próximo da média de mortes no mundo. E agora, com coisas comprovadas sobre a compra da vacina indiana [Covaxin], com preço 10 vezes maior do que o preço da que [o governo] se negou a fazer, em circunstâncias absolutamente mais inseguras do que a outra compra seria feita...

Eu me vi acreditando na quarentena, podendo fazer a quarentena como privilegiado que eu sou. Sou ator, tenho emprego, estou escalado numa novela. Agora, enquanto estou aqui, o que faço? Milito. O meu negócio é militância. É o dia inteiro, desde que eu acordo até a hora de dormir eu procuro participar [de debates], dissipando dúvidas, tentando colocar propostas, tentando falar sobre assuntos diversos. Faço isso em *lives*, em aulas para escolas de segundo grau do interior da Bahia, de Pernambuco... É assim. Militância e atuação, sem parar. Tento utilizar meu Instagram e tenho projetos para fazer com que as pessoas se lembrem em quem elas votaram. Porque o Rio de Janeiro não elegeu o excepcional deputado Chico Alencar (PSOL) que agora está na Câmara dos Vereadores. E elegeu Flávio Bolsonaro e elegeu Arolde de Oliveira, que Deus o tenha... O Lindbergh [Farias] também não foi eleito pelo Rio. Aliás, o Lindbergh gostou da ideia da bandeira no encontro com o Lula.

– O Brasil está vivendo sob o governo Bolsonaro um período muito tenebroso para a cultura. Você é alguém que cria cultura,



Maria Fortuna

faz com que ela resista e exista. Como é ver todo o crescimento do setor nas últimas décadas e depois assistir essa avalanche que vem no sentido contrário, tentando destruir tudo?

– É... é isso o que nós temos. Então, temos que mudar isso. Temos que lutar para mudar isso, para nos defender dos ataques e tentar ver tudo o que nós teremos que reconstruir. E vamos reconstruir. Vamos sobreviver à pandemia, vamos sobreviver a esse apagão mental que deu no Brasil num determinado momento, numa determinada circunstância que, eu considero, que um dos pesos mais pesados que tem que se levar em consideração foi uma força sobrenatural. O imponderável, o acidente fatal que foi o esfaqueamento quando o Bolsonaro foi esfaqueado pelo – não me lembro o nome...

– Adélio Bispo de Oliveira.

– Pelo Adélio, que foi o executor de uma conspiração da sua própria mente. Isso deu um choque dramático, trágico, de tragédia

grega porque o Bolsonaro estava nos braços daquele povo, com os dizeres [na camiseta] de que se submete às leis de Deus... porque eles têm a coragem de também usurpar Deus. Até por esse discurso, acho importante que falemos sobre Deus e religião. Pedi ao Frei Betto um texto, coloquei no meu Instagram, em que ele fala que Deus não é de nenhum partido. Tem que pregar isso, é bonito.

– Como você vê as perspectivas para o Brasil daqui para o pós-Bolsonaro?

– Acho que é preciso ter uma habilidade na condução do processo político porque temos, praticamente, uma espada sobre nossas cabeças. Como diz o Veríssimo, “nós temos a razão, mas eles têm as armas”. Todo mundo sabe o que está sendo planejado, toscamente, mas eficaz. A dúvida sobre as urnas vai para o Congresso, vai provocar um burburinho e pode até ganhar [o voto impresso]. O cara [Bolsonaro] já lançou uma dúvida muito violenta sobre o pleito.

É preciso ficar atento aos desdobramentos. Olhando a entrevista do General Mourão, é difícil saber qual vai ser a posição das Forças Armadas. E tem um caldeirão com milícias e PMs, algo que nem sei se o Exército pode segurar. Hoje, por exemplo, li o artigo do Elio Gaspari no *O Globo*. Ele é um expert na questão militar. O título da coluna dele mencionava o Tasso Jereissati dizendo que “temos que trincar os dentes”. Essa é a minha resposta também para enfrentar o que vem aí. Não sei se estou sendo alarmista, mas tenho lido essas análises e sei lá, temos que torcer para que o Exército fique com a legalidade.

Espero que tudo isso não ocorra e que nossas manifestações provoquem a consciência de todos. Se for possível que saia logo esse afastamento [do Bolsonaro], se não for, que a gente desgaste o máximo possível o Bolsonaro para que em 2022 isso possa convergir com uma recuperação do poder para forças mais legítimas e mais contemporâneas porque houve retrocesso demais. •



EM PRIMEIRA MÃO O presidente Jair Bolsonaro recebeu em 20 de março o servidor Luís Ricardo Miranda, acompanhado do irmão – o deputado federal Luís Miranda (DEM-DF) – e ouviu dele a denúncia de que a operação de aquisição da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde tinha indícios de ser irregular e abria porta para a corrupção na pasta

CORRUPÇÃO NO GOVERNO: NEGÓCIO DE R\$ 1,6 BILHÃO

A CPI da Covid encontrou o caminho de um esquema suspeito de desvio de recursos do Ministério da Saúde na compra da vacina indiana Covaxin. A ponta do novelo mal começou a ser puxada, mas já há indícios de prevaricação do presidente da República, o uso da máquina do governo para intimidar testemunhas e uma empresa desconhecida – a Precisa – atuando como atravessadora, com um dos sócios muito próximo da família Bolsonaro



DIANTE DO PAÍS O deputado federal Luís Miranda (DEM-DF) depõe à CPI da Covid e revelou que ouviu do presidente Jair Bolsonaro a suspeita no esquema de fraude e superfaturamento na compra de vacinas teria por trás o envolvimento direto do líder do governo. "Isso é coisa do Ricardo Barros", declarou Bolsonaro. E nada fez. O presidente teria prevaricado

A velha máxima do escândalo Watergate ainda parece válida, quase 50 anos depois de resultar na renúncia do então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon: sigam o dinheiro. A CPI da Covid iniciou seus trabalhos tentando detectar os responsáveis pela má gestão da pandemia, imaginando que a morte de 500 mil brasileiros, em um ano e meio da maior crise sanitária brasileira, poderia ser resultado apenas de uma política negacionista e a visão ideológica deturpada do presidente Jair Bolsonaro.

Agora, percebe-se que a tragédia brasileira tem a ver também com uma velha doença da

política nacional tão ao gosto do bolsonarismo e dos conservadores: a corrupção. Em menos de uma semana, o Palácio do Planalto saiu do esforço de apontar a alça de mira para eventuais desvios de recursos públicos a governadores e servidores públicos estaduais para colocar-se no centro do que pode ser um grande esquema de desvio de dinheiro.

O crime é clássico e mostra o nível das tramóias tão ao gosto do Centrão, com pelo menos um velho personagem conhecidos da mídia brasiliense. O enredo também tem empresário próximo de políticos poderosos, filhos ambiciosos que adoram externar riqueza, uma crise que serve de oportunidade para grandes ne-

gócios e servidores públicos tentando evitar a sangria dos cofres públicos. O que não se imaginava é que a explosão do esquema viesse a público tão rapidamente e que a bomba fosse ser detonada no colo de Bolsonaro. E, o mais surpreendente: por um aliado do presidente da República, o desconhecido deputado federal Luís Miranda (DEM-DF).

A empresa enrolada no esquema é a Precisa Medicamentos – que conseguiu um contrato bilionário junto ao governo federal para fornecer a vacina Covaxin, produzida na Índia pela Bharat Biotech. O valor do contrato também está ao gosto dos grandes escândalos da política nacional: R\$ 1,6 bilhão. Outro personagem



Reprodução

que entrou na trama é ninguém menos que o líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) – ex-ministro da Saúde do governo Temer, acusado de improbidade administrativa ao beneficiar o pagamento antecipado à empresa sócia da Precisa Medicamentos, a Global Gestão de Saúde. O caso se arrasta na Justiça Federal.

O sócio da Precisa é Francisco Emerson Maximiano, que tem um histórico de contratos contestados por órgãos de investigação, além de ser alvo de processos judiciais de cobranças de dívidas. Apesar das suspeitas, ele teve as portas abertas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por ninguém menos que o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), amigo próximo e padrinho do presidente do órgão, o jovem

empresário Gustavo Montezano. O encontro não era para tratar de medicamentos. Mas de outros negócios: expansão da internet no Nordeste. A reunião foi em 13 de outubro do ano passado.

O esquema de corrupção no governo foi denunciado por um servidor público federal – concursado – do Ministério da Saúde, responsável direto pelo Departamento de Logística que faz importação de medicamentos e imunizantes. Luís Ricardo Miranda denunciou a Precisa Medicamentos, apontando mutretas no processo de liberação de recursos, suspeitas de desvios, pressões diretas de superiores e o esforço para acelerar o pagamento de US\$ 45 milhões, mesmo com o contrato só prevendo o desembolso do governo federal na entrega de medicamentos.

O contrato foi assinado em 25

LÍDER, MÉDICO E EX-MINISTRO

Foi Bolsonaro quem disse que a empresa Precisa era próxima do líder do seu governo, o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR). O ex-ministro da Saúde no governo Michel Temer responde a processo por improbidade administrativa na Justiça Federal por conta do contrato com empresa-sócia da intermediadora da compra da Covaxin pelo governo

de fevereiro de 2021 pelo Ministério da Saúde. Foi firmado com a Precisa, farmacêutica responsável por intermediar a compra da vacina indiana Covaxin, produzida pelo laboratório indiano. Sabe-se agora que o contrato com a Covaxin foi fechado de forma mais ágil, como mostra o Tribunal de Contas da União. Outra suspeita: o governo topou pagar pela Covaxin o valor mais caro das vacinas adquiridas até agora pelo Ministério da Saúde, considerando o preço por unidade.

Cada dose da Covaxin foi negociada a US\$ 15 pelo Ministério da Saúde. As vacinas da Pfizer, da Janssen, a Sputnik V e a Coronavac todas tiveram custo unitário entre US\$ 10 e US\$ 12. A vacina de Oxford/AstraZeneca foi a mais barata: US\$ 3,16 a dose. O mais incrível, o governo usou uma empresa terceira para adquirir imu-

Reprodução

MANSÃO MILIONÁRIA DE FLÁVIO

Uma semana depois do Ministério da Saúde fechar contrato com a empresa Precisa Medicamentos para a aquisição da vacina indiana, o senador Flávio Bolsonaro comprou uma mansão de 1.100 m², no Setor de Mansões Dom Bosco, no Lago Sul, em Brasília, chamando a atenção para a ostentação de riqueza. Ele tem salário líquido de R\$ 25 mil. Coincidência?



MAIS UM ROLO COM FLÁVIO

Filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) abriu as portas do BNDES para o empresário Francisco Emerson Maximiano, dono da Precisa. Ambos estiveram reunidos com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, na sede do banco, no Rio de Janeiro, em outubro de 2020. O empresário estava interessado em ampliar a internet no Nordeste



Cristiano Mariz

nizantes. A praxe até agora tinha sido a compra diretamente dos laboratórios – ou de instituições públicas, como a Fiocruz e o Instituto Butantan.

Datas próximas e uma mansão

Coincidência ou não, o contrato com a Precisa foi assinado em fevereiro e, uma semana depois, veio a público que Flávio Bolsonaro adquiriu uma mansão no valor de quase R\$ 6 milhões em Brasília, num bairro nobre da capital federal. Uma casa de 1,1 mil metros quadrados, dois pavimentos, quatro quartos, aquecimento solar, detalhes em mármore carrara. O imóvel fica em uma das mais exclusivas vizinhanças de Brasília, no Setor de Mansões Dom Bosco, no Lago Sul.

Como senador, Flávio morava em um apartamento funcional na capital federal. O parlamen-

tar é acusado de lavagem de dinheiro pelo Ministério Público, enquanto era deputado estadual no Rio de Janeiro. Imagens da mansão, divulgadas pela imobiliária, mostram que a casa conta com amplos espaços e uma decoração em madeira e mármore, além de luxos como banheira, spa com aquecimento solar e quatro vagas na garagem.

A mansão hollywoodiana de Flávio também contaria com segurança armada 24 horas por dia. Do total de R\$ 6 milhões do imóvel, R\$ 3,1 milhões foi financiado em 360 meses, a taxas reduzidas, pelo Banco Regional de Brasília (BRB). Uma operação atípica. A parcela média, de R\$ 8.600 a ser paga pelos próximos 30 anos, consumiria sozinha cerca de um terço do salário que Flávio tem como senador, com vencimentos de R\$ 25 mil.

Quando veio a público os negócios imobiliários do filho mais velho do presidente, a assessoria do senador disse que a casa havia sido comprada com “recursos próprios” a partir da venda de seu imóvel no Rio. E que tudo foi registrado em escritura pública.

O cheiro de encrenca permanece e ninguém dúvida que possa ter origem numa trampa típica da política feita pelos políticos conservadores em Brasília, com a mistura de recursos públicos e privados, tão ao gosto do patrimonialismo que marca a política nacional desde que Mem de Sá conseguiu uma capitania hereditária.

Bolsonaro recebeu denunciantes

Na semana que passou, o que veio à tona nos bastidores do Congresso e na movimentação desses e outros personagens parece saído de uma ópera bufa. O servidor

Sérgio Lima/AFP



DEMITIDO EM 23 DE MARÇO

Foi na gestão do General Eduardo Pazuello que o contrato bilionário com a Precisa foi fechado pelo Ministério da Saúde, no final de fevereiro. Três dias depois do presidente se encontrar no Alvorada com os denunciantes do esquema de corrupção na pasta, Pazuello deixou o cargo de ministro. Ele vai depor novamente à CPI da Covid



Alessandro Dantas

que pressentiu a lambança no contrato do Ministério da Saúde com a Precisa bateu com as línguas nos dentes para o irmão, justamente o deputado federal Luís Miranda. Eleito na esteira da “nova política” em 2018, Miranda é um aliado do presidente e ganhou notoriedade na campanha eleitoral em Brasília há três anos gravitando diretamente no bolsonarismo, usando um canal no YouTube.

Diante das revelações do irmão, o deputado não teve dúvidas. Entrou em contato com o ajudante de ordens do presidente da República e foi diretamente a Bolsonaro relatar as suspeitas. Levou o irmão a tiracolo. Isso ocorreu em 20 de março de 2021, um sábado, por volta das 16 horas, no Palácio da Alvorada. Os irmãos Miranda levaram documentos, mensagens, detalhes das suspeitas sobre a compra bilionária da Covaxin. O presidente ouviu as denúncias diretamente da fonte há pouco mais de 90 dias. E, segundo o deputado Luís Miranda, disse que o rolo era “coisa do Ricardo Barros”, o líder do seu governo.

Segundo o deputado, o presidente – supostamente espantado com o nível da denúncia – informou que levaria o caso ao conhecimento direto do diretor-geral da Polícia Federal. O deputado e o irmão, em seguida, revelaram o que sabiam ao Ministério Público

Federal. Já haviam denunciado a trampa diretamente ao presidente da República. Os Mirandas imaginavam que teriam feito o correto, denunciado o esquema e barrado a roubalheira.

De fato, aparentemente, isso teria acontecido. Nenhum centavo saiu até agora para a Precisa, de Francisco Emerson Maximiano, o empresário amigo de Flávio Bolsonaro e, aparentemente, próximo do líder do governo Bolsonaro Câmara. Detalhe: Maximiano deveria depor na quinta-feira à

CÚPULA DA CPI ENXERGA CRIME DE PREVARICAÇÃO COMETIDO POR BOLSONARO, QUE OUVIU PESSOALMENTE A DENÚNCIA DOS MIRANDAS

LINHA DE INVESTIGAÇÃO

As revelações dos irmãos Miranda na sessão de trabalhos no Senado, na sexta-feira, 25, mudaram os rumos da CPI e abriram um novo flanco para as investigações sobre a tragédia sanitária que levou à morte de mais de 500 mil brasileiros. Humberto Costa (PT-PE) diz que a denúncia contra Bolsonaro é grave e empresário e governo terão de se explicar

CPI da Covid, mas meteu um atestado médico falando que estava de quarentena após uma viagem à Índia. Pelo que veio até agora à tona, Maximiano terá muito o que relatar à CPI.

“O empresário da Precisa precisa contar tudo o que sabe”, cobrou o senador Humberto Costa (PT-PE), na audiência pública ocorrida na sexta-feira, 25, quando os Mirandas passaram mais de 7 horas em um depoimento morno, mas cujos detalhes parecem uma mina para as investigações. Tudo para tentar revelar o que acontece no governo e no Ministério da Saúde.

E mais: o que fez Bolsonaro diante da denúncia escabrosa apresentada a ele pessoalmente por um parlamentar e um servidor de carreira da administração pública federal. Para a cúpula da CPI, as suspeitas de prevaricação pelo presidente Jair Bolsonaro é o primeiro indício da podridão que exala do governo. Só na sexta-feira, 25, a PF abriu uma investigação para apurar a legalidade do contrato da Precisa com o Ministério da Saúde. Noventa e cinco dias depois que Bolsonaro recebeu a denúncia.

O depoimento de Maximiano deve ocorrer na próxima semana. Outro que deve falar também é Eduardo Pazuello. Ele foi demitido do cargo de ministro também em

IRREGULARIDADES EVIDENTES E CHEIRO DE PODRIDÃO

O servidor Luis Ricardo Miranda disse à CPI que as estranhezas no processo de aquisição da Covaxin chamaram-lhe atenção imediatamente, quando recebeu a papelada para exame. O recibo apresentado pela Precisa para fechar uma compra de 20 milhões de doses da vacina exigia pagamento antecipado e descrevia um número menor de imunizantes do que o que constava no contrato. Para piorar, o recibo, chamado de invoice, estava no nome de uma empresa offshore, Madison Biotech, sediada em Singapura. As discrepâncias levantaram a desconfiança do servidor, que não deu prosseguimento ao processo da Precisa.

No total, seriam pagos antecipadamente U\$ 45 milhões por 3 milhões de doses da vacina Covaxin. O valor custaria mais do que o valor de U\$ 15 (R\$ 80,70) por cada vacina. Os preços superam

vacinas como a Pfizer e AstraZeneca. Além disso, à época da assinatura do contrato, em fevereiro, não havia autorização da Anvisa para uso do imunizante no Brasil. O órgão sempre foi citado por Jair Bolsonaro como fator determinante para aprovação de qualquer medicamento. Mesmo assim, o governo empenhou R\$ 1,6 bilhão para a compra de 20 milhões de doses do imunizante indiano.

Curiosamente, a autorização para a compra da vacina Covaxin foi dada por Regina Celia, indicada pelo mesmo Ricardo Barros à pasta. O senador Humberto Costa (PT-PE) apresentou requerimento para convocar a servidora do Ministério da Saúde. Ricardo Barros também deverá ser convocado.

“Existe nesse governo uma empresa VIP. Quem indicou essa empresa?”, questionou o senador Humberto Costa (PT-PE), no depoimento na sexta-feira, 25, quan-

do a CPI ouviu os irmãos Luís e Ricardo Miranda. Que Ministério da Saúde é esse que aceita como intermediário para compra de vacina uma empresa [Global] que já tinha dado um golpe no Ministério da Saúde?”, indagou o senador. “Se o governo era tão preocupado com o preço, por que foi atrás da vacina mais cara? Volto a questionar, qual é o valor de uma vida pra Bolsonaro?”, insistiu Costa.

“No governo que é presidido por alguém que é contra a corrupção, se eu recebesse um deputado federal, da minha base, e um servidor público, com documentos, dizendo que havia possibilidade de corrupção em um processo, eu teria chamado a Polícia Federal para abrir um inquérito”. Em vez disso, pontuou o senador, Bolsonaro colocou a PF para investigar o servidor. “É esse o governo “imaculado” que temos no nosso país”, alerta. • **Agência PT**

março. E as suspeitas lançadas por ele quando se desligou do Ministério da Saúde também agora ganham sentido.

Quase um mês antes de deixar o cargo de ministro da Saúde, Pazuello se reuniu com seu sua equipe no ministério e anunciou a queda iminente. Disse que não iria virar o mês de março no comando da pasta por causa da pressão política. “Eu reuni toda minha equipe no dia 23 de fevereiro, fiz um quadrinho e mostrei todas as ações orquestradas contra o ministério. Eram oito. Falei que não tinha como nós chegarmos até 20 de março”. Na quarta-feira, 24, em discurso de despedida aos servidores do ministério, o general disse que sofria boicote interno e pressões para deixar a pasta.

“O ministério é o foco, o aval das pressões políticas. Por quê? Por causa do dinheiro que é desti-

nado aqui de forma discricionária”, desabafou. “A operação de grana com fins políticos acontece aqui. Acabamos com 100%? Claro que não, 100% nem Jesus Cristo. Nós acabamos com muito”, declarou. Em dezembro, o então ministro teria desabafado também sobre uma pressão por “pixulés”, propinas na própria. Tudo isso é ouro para as investigações da CPI. Há muito a apurar. E o personagem por trás das pressões – entendem os integrantes da CPI – seria ninguém menos que Ricardo Barros.

Mas há outras pontas apurar. O quadro agora parece mais nebuloso, porque – segundo servidor Luís Ricardo Miranda – um dos personagens que o pressionaram diretamente a liberar o processo da Precisa era ninguém menos que o coronel Elcio Franco, então secretário-executivo do Ministério da Saúde, indicado por Pazuello,

e que hoje é assessor especial da Casa Civil da Presidência da República, respondendo diretamente ao ministro Ônyx Lorenzoni – o mesmo que durante a última semana anunciou a abertura de um procedimento administrativo disciplinar para apurar a conduta de Miranda – o servidor denunciante.

A novela da CPI continua. O novelo ainda parece confuso e será trabalhoso até ser desenrolado. Mas só uma coisa parece que não muda: a direita sempre que adota um discurso moralista se vê flagrada naquilo que é mais experiente – a cleptocracia. A bandeira contra a corrupção foi brandida por Jair Bolsonaro em 2018 como um mantra e levou à sua eleição ao Planalto. Agora, as suspeitas de roubo de dinheiro pública podem ser o início do fim do seu governo. E, como na era Collor, a cleptocracia parece marca da direita. •



CORRUPÇÃO TIRA SALLES DO MMA

A suspeita de corrupção envolvendo diretamente o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, levou o Palácio do Planalto a expeli-lo do governo no dia em que as suspeitas de prevaricação engolfaram o próprio presidente Jair Bolsonaro. Salles pediu para sair, sem resistir às investigações que o alcançaram em inquiridos por venda ilegal de madeira para os Estados Unidos.

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, determinou que Salles entregue o passaporte à Polícia Federal. Ele deixou o governo na quinta, 24, sob suspeitas de envolvimento em crimes de obstrução de investigação ambiental, advocacia administrativa e organização criminosa.

Salles é alvo de dois inquiridos no STF, sendo que com a perda de seu foro por prerrogativa de função, as investigações devem ser enviadas à primeira instância. O caso está sob relatoria de Cármen Lúcia é derivado da notícia-crime em que o delegado Alexandre Saraiva – que caiu após os atritos com Salles – imputou ao ex-ministro o suposto patrocínio de ‘interesses privados’ de investigados em apreensão de madeira ilegal na Amazônia.

Já o segundo inquirido contra Salles está sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes e investiga um ‘grave esquema de facilitação ao contrabando’ de madeira. As apurações culminaram na abertura, em maio, de uma fase ostensiva batizada de Operação Akwanduba, ocasião na qual a PF fez buscas no gabinete e na casa de Salles. •

PREVARICAÇÃO O senador Rogério Carvalho (PT-SE) apontou o crime cometido por Bolsonaro. “O presidente não adotou nenhuma medida depois de ouvir a denúncia de um deputado da sua base e de um servidor público concursado”

CARVALHO: BOLSONARO COMETEU UM CRIME DE RESPONSABILIDADE

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi direto, na audiência da CPI realizada na sexta, 25, ao ouvir as denúncias do servidor Luís Ricardo Miranda e do irmão, o deputado federal Luís Miranda (DEM-DF): o presidente Jair Bolsonaro cometeu um crime. “Ele [Bolsonaro] foi informado, foi um deputado da sua base, foi um servidor e ele não adotou nenhuma medida. Ele prevaricou”.

O servidor do Ministério da Saúde reforçou os erros anteriormente apresentados à imprensa nos documentos analisados pelo Ministério da Saúde e relatou aos senadores ao menos três nomes de superiores hierárquicos que exerceram pressão para que a importação da vacina fosse liberada mesmo com erros no processo. Alex Lial Marinho, à época coordenador-geral de Aquisições de Insumos Estratégicos para Saúde; Marcelo Bento Pires, diretor de Programa do Ministério da Saúde; e Roberto Ferreira Lima, diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria-Executiva.

O senador Humberto Costa apontou que os depoimentos dos irmãos Miranda mostraram à CPI a necessidade de aprofundar as investigações sobre a Precisa Medicamentos, empresa responsável por intermediar o contrato entre Bharat Biotech e o Ministério da Saúde. Para o senador, é preciso investigar o responsável pela conexão entre a empresa, envolvida por diversas irregularidades junto ao próprio ministério, e o laboratório indiano.

A Precisa Medicamentos ganhou uma licitação para vender preservativo feminino no valor de R\$ 15,7 milhões ao Ministério da Saúde. Em fevereiro, a empresa atualizou o contrato para R\$ 31,5 milhões. Nesta semana, após a imprensa divulgar o aditivo contratual, o valor voltou para os R\$ 15,7 milhões. “Foi outro ‘se colar, colou’. Eu vou representar junto ao TCU para avaliar esse contrato dos preservativos. Onde tem essa Precisa [Medicamentos], tem coisa”, disse o senador. •

A PRESSÃO DAS RUAS



João Heitor/FPA

Diante do agravamento da crise sanitária – com a marca de 2 mil mortes diárias se mantendo há mais de 15 dias – e a eclosão de novas denúncias de corrupção no Ministério da Saúde, a Campanha Fora Bolsonaro marca novos atos para 24 de julho e vai entregar novo pedido de impeachment à Câmara

As organizações sociais responsáveis pela Campanha Nacional Fora Bolsonaro definiram nova data de mobilização em todo o país para o dia 24 de julho, sábado, quando serão promovidos novos protestos contra o governo.

A definição do dia 24 de julho se deu devido à ampliação do processo de mobilização, com prazo para a articulação de outras atividades, como paralisações de categorias nos locais de trabalho, além de ações nas periferias e nos grandes centros.

Segundo os organizadores, ligados às frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, também serão promovidas iniciativas para aumentar o envolvimento de um número maior de cidades. Os atos

incluem o Fora Bolsonaro, a defesa da aceleração da vacinação em massa, um novo auxílio emergencial de R\$ 600 até o final da pandemia e contra os cortes da educação e por mais empregos.

A presidenta nacional do Partido dos Trabalhadores, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), participou do encontro que escolheu a data do novo ato nacional. Durante a reunião, ela falou sobre o “superpedido” de impeachment do presidente Jair Bolsonaro, que está sendo elaborado por um grupo de juristas, e também sobre a importância de se manter fortalecida a luta nas ruas.

Partidos, parlamentares de esquerda, centro, direita, entidades, movimentos sociais e pessoas físicas decidiram apresentar o superpedido de impeachment de Bolsonaro à Câmara dos De-

putados na quarta-feira, 30, às 14h, em ato no Congresso.

A peça inclui o conjunto de crimes cometidos pelo atual presidente da República desde a posse em 2019, sendo a maioria os crimes cometidos durante a pandemia, que resultaram na morte de mais de 500 mil brasileiros.

O pedido conjunto agrupa mais de uma centena de iniciativas apresentadas junto à Câmara dos Deputados por partidos, parlamentares, associações profissionais, entidades de classe e pessoas físicas, por diversos motivos, desde a posse do presidente, em janeiro de 2019.

O protocolo do impeachment será acompanhado de ato político com participação de líderes políticos e de organizações da sociedade civil e será aberto à participação popular. •



Júlio Oliveira

PING PONG | MARCOS COIMBRA

“TEREMOS MANIFESTAÇÕES DE ENORME SIGNIFICADO POPULAR”

Marcos Coimbra, sociólogo, presidente do Instituto Vox Populi, diz à **Focus Brasil** que o momento político é de transição de um período de maior participação de segmentos sociais no processo eleitoral brasileiro. “O que estamos vendo agora e a tendência, me parece, é isso se acelerar, é uma consequência de mais pessoas estarem se sentindo de um lado mais motivadas a expressar sua insatisfação com o governo e, do outro lado, menos preocupadas porque muitos se vacinaram e aprenderam a se proteger. E é inevitável que isso aumente”, opina.

Focus Brasil - Especificamente sobre os atos, qual a análise que você faz sobre o significado e o tamanho dos protestos em 19 de junho. O que isso representa?

Marcos Coimbra - Do ponto de vista político, estamos vivendo um período muito especial, causado pela pandemia. Isso deu um conjunto de mudanças. Algumas benéficas para o Bolsonaro, na medida em que desviaram o assunto do péssimo governo que ele faz desde o primeiro dia. A pandemia deu uma sobrevida ao governo no início de 2020, houve o efeito positivo do auxílio emergencial. Por outro lado, a pandemia ajudou a revelar tudo

o que ele [Bolsonaro] e sua turma têm de pior.

Do ponto de vista da sociedade, da opinião pública, a pandemia também teve efeitos que nós começamos a ver, por exemplo, na eleição de 2020: a falta de movimentos de rua. Foi uma campanha sem participação da opinião pública. Uma das consequências foi uma grande despolitização daquela eleição, o que beneficiou candidatos conservadores e tradicionais porque foi uma campanha completamente fria.

Agora, nós estamos vivendo uma transição desse período para um novo que imaginamos

vai permitir uma maior atuação pública de quem é contra o governo. O que estamos vendo agora e a tendência, me parece, é isso se acelerar, é uma consequência de mais pessoas estarem se sentindo de um lado mais motivadas a expressar sua insatisfação com o governo e, do outro lado, menos preocupadas porque muitos se vacinaram e aprenderam a se proteger. E é inevitável que isso aumente. De uma forma geral, na política contemporânea, os eventos de expressão direta, de manifestações estão se tornando comuns. Acho que estamos nos preparando para manifestações de enorme significado popular, o que vai ser importante para o processo eleitoral do ano que vem.

– Os protestos têm sido tratados pela imprensa como se fossem da esquerda – só de esquerda. É um tratamento diferente daquele dado aos protestos em a partir de 2014. Qual a sua opinião?

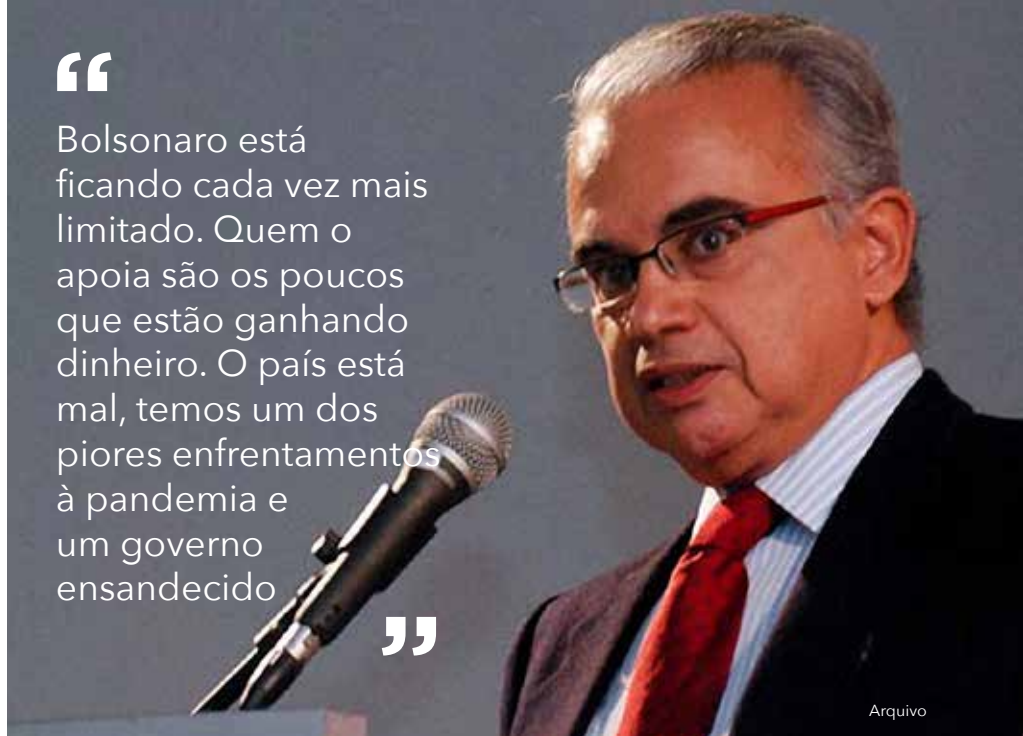
– O que é mais relevante, é a verdade ou a versão que vai ser criada em torno de um fato qualquer? As manifestações de 2013 contra a Dilma, foram extremamente encorajadas pelo *establishment* político brasileiro que tinha o objetivo de evitar a reeleição da Dilma em 2014, que era vista como uma espécie de eternização do PT no governo. O sucessor dela seria o Lula que ficaria oito anos e aí sabe-se lá que dia conseguiriam implementar essa agenda que está aí. A construção da narrativa de que os movimentos de 1 milhão, 2 milhões, 3 milhões... a mesma falta de preocupação com a contabilidade das manifestações hoje, havia no sentido inverso.

Esses veículos a que você se refere estavam calculando com as estatísticas de quantas pessoas por metro quadrado e filmavam com drone. Os números foram argumentos importantíssimos em

“

Bolsonaro está ficando cada vez mais limitado. Quem o apoia são os poucos que estão ganhando dinheiro. O país está mal, temos um dos piores enfrentamentos à pandemia e um governo ensandecido

”



Arquivo

2013 e depois em 2015. Agora ninguém sabe quais são os números. Por que ninguém fez as contas do que foram as manifestações no sábado [19 de junho]? Porque não interessa fazer essa comparação de tamanhos. É claro que nessa disputa de versões a qualidade da participação é relevante. Socialmente falando, quem estava lá eram trabalhadores, sindicalistas, estudantes, jovens. Muito provavelmente, a participação nessas últimas manifestações foi mais representativa do universo da população brasileira do que aquelas de 2013, isso do ponto de vista sociológico. Do ponto de vista político, nunca serão.

Nas grandes democracias de massa do mundo moderno a participação política é alguma coisa que afeta, no máximo, 15% da população. Os outros 85% se dividem entre quem não tem interesse nenhum que certamente não saem à rua para se manifestar. E tem uma outra parte que participa do processo político, procura se informar e tem uma certa participação. Mas ir para a rua, seja na direita, seja na esquerda, é uma pequena minoria.

E o fato de já estarmos tendo, apesar de tudo o que falamos antes, o que nós estamos vendo nesse momento é muito

mais significativo do que vimos em 2013 e 2015. No entanto, a imprensa tratou aquelas como “grandes manifestações de massa”. Essas de agora não, são manifestações vermelhas dos esquerdistas. Isso é só a versão, mas a versão raramente produz consequências políticas. O que produz consequência política são os fatos e os fatos são esses. Estamos crescentemente tendo muita gente querendo expressar sua rejeição, sua repulsa a esse “cara” que está na Presidência da República.

– Este é um momento delicado para o governo?

– É altamente negativo para Bolsonaro, para o bolsonarismo e para o que resta de apoio na elite e na sociedade. Ele está ficando cada vez mais limitado. Quem o apoia são os poucos que estão ganhando dinheiro. O país está mal, temos um dos piores enfrentamentos à pandemia e temos um governo completamente ensandecido. Ausência completa de atuação em praticamente todas as áreas. Estamos vivendo um período de completo caos administrativo. Um governo chefiado por um imbecil que não tem formação e conhecimento técnico de nada. •

INDIGNAÇÃO

Bonfim é o coordenador nacional da Central de Movimentos Populares: “Até mesmo os analistas políticos mais afinados, de direita e de esquerda, não conseguiam cravar que em menos de um mês, num período de pandemia, seria possível ocorrer duas gigantescas mobilizações no Brasil”

Karime Xavier/Folhapress



PING PONG | RAIMUNDO BONFIM

“O POVO ENTROU NA CENA”

Raimundo Bonfim, coordenador nacional da Central de Movimentos Populares (CMP) e articulador da Campanha Fora Bolsonaro, fala sobre a ampliação do número de participantes nos atos contra o governo e da pressão das ruas para a abertura do processo de impeachment contra o presidente da República. “São mais de 120 pedidos de impeachment. Se unificarmos, podemos chamar de um pedido de impeachment das ruas”, diz.

Focus Brasil – Qual a sua avaliação sobre os atos?

Raimundo Bonfim – Aumentou a indignação porque após o 29 de maio o presidente continuou com seus atos de barbárie, zombando da morte mesmo em vias de se aproximar de 500 mil mortos. Também surgiram vários fatos da CPI da Covid. As duas “motociatas”, no Rio e em São, são revoltantes para quem está com conhecidos em hospitais ou com problemas de desemprego. Outro elemento importante é que aumentou a confiança das pessoas. Não temos relatos de contaminações por cau-

sa dos atos em 29 de maio.

Também há um elemento que podemos considerar que ampliou um pouquinho: setores do PSB e do PDT se envolveram. O movimento Acredito também se envolveu. E tivemos uma cobertura melhor da grande mídia. Eles ficaram em “maus lençóis” porque tentaram esconder o ato de 29 de maio. E foi destaque fora do país e só depois recebeu destaque aqui. Acho que eles não acreditavam. Até mesmo os analistas políticos mais afinados, de direita e de esquerda, não conseguiam cravar que em menos de um mês, num período de pandemia, seria possível ocorrer duas gigantescas mobilizações no Brasil. É uma demonstração de que, de fato, a indignação e a disposição de lutar contra esse governo é muito forte.

– Sobre a cobertura da imprensa, Como você vê essa tentativa de enquadrar o movimento?

– Realmente, a cada entrevista que a gente concede, o pessoal vem com essa. De fato, o movimento é capitaneado pela esquerda e tem também o PSB, o PDT e a Rede [setores desses partidos]

que participam. O critério para participar é quem tinha feito pedido de impeachment. Mas, de fato, as pessoas que têm ido às ruas não são só as bases dos movimentos e dos partidos de esquerda. É perceptível nas ruas. Aqui em São Paulo, por exemplo, você vê muita gente que não é ligada a esses grupos da esquerda.

É só uma narrativa que tentam emplacar, até porque o Brasil não tem característica de antecipar processo eleitoral com mobilização de rua. Ora, essas milhares de pessoas que estão indo para a rua não iriam se tivessem a percepção de que se trataria de um movimento eleitoral com objetivo de gerar desgaste. Eu tenho afirmado nas minhas entrevistas que não é um movimento que visa desgastar o Bolsonaro para favorecer o Lula. Se o movimento vai favorecer o Lula, é consequência. Mas esse não é o fundamento.

Há uma indignação forte [nos protestos], só não percebe quem não quer. Há uma fadiga muito forte em amplos setores da sociedade e que não é só por causa da tragédia pela forma como o Bolsonaro não trata a pandemia. •

COVAXINGATE. É HORA DO IMPEACHMENT!

A denúncia de superfaturamento para a compra da vacina indiana demonstra que o governo Bolsonaro transformou a pandemia em um grande balcão de negócios. É gravíssimo

Por Elvino Bohn Gass

A longa lista de 121 pedidos de impeachment de Jair Bolsonaro pela prática de diferentes crimes, deve-se acrescentar mais um: a escandalosa compra superfaturada em 1000% da vacina indiana Covaxin. O episódio mostra um governo carcomido e enrolado em esquemas cabulosos de corrupção, fraudes e apoio criminosos, como o dado a madeireiros contrabandistas de madeira extraída ilegalmente na Amazônia.

O fato demonstra que o governo Bolsonaro transformou a pandemia em um grande balcão de negócios. Além de não comprar vacina no momento certo, quando decidiu foi de forma superfaturada e com intermediação de uma empresa já suspeita de fraudes na área da saúde.

É uma denúncia gravíssima, que ocorre num momento em que mais de meio milhão de pessoas no Brasil morreram por conta da pandemia de Covid-19. Com as digitais de Bolsonaro. Foi ele quem abriu a negociação com a Índia para a compra da Covaxin.

Os outros imunizantes, até onde se sabe, foram negociados diretamente com os fabricantes. A Covaxin foi intermediada pela Precisa Medicamentos, num processo a toque de caixa que durou três meses, enquanto a negociação com a Pfizer durou 11 meses.

E a tornar ainda mais nebu-



Olimpico

**NO PARLAMENTO,
UM CENÁRIO
DE HORROR
PATROCINADO
PELA BASE
BOLSONARISTA
AMPLIADA COM
MÉTODOS NADA
REPUBLICANOS**

losa a negociação, a empresa intermediária é sócia de outra, a Global, também acusada de fraudes na área da saúde.

Como se não bastasse, a pedido da Precisa o governo previa pagar 45 milhões de dólares antecipadamente a uma terceira empresa, a Madison Biotech, com sede num paraíso fiscal.

Sim, estamos diante de um CovaxinGate. Por que o presidente sabia. Ele foi alertado para a negociata em curso, em março, pelo deputado bolsonarista Luís Miranda (DEM-DF), mas preferiu a inação. Na época, não acionou a Polícia Federal para investigar a denúncia, mas, agora, quer se abra procedimento contra o denunciante. Trata a PF como gendarme de seu mandato.

Este é um governo que manipula redes sociais para mentir sobre combate à corrupção, enquanto fecha contrato de R\$ 1,6 bilhão com empresa suspeita de fraude que não resiste a uma pesquisa na internet para comprovar sua desonestidade. Mas a negociata monumental terá seus meandros esmiuçados pelo Ministério Público Federal e pela CPI da Covid no Senado.

Detalhe. A Covaxin foi negociada sem ter apoio nem o aval da Anvisa. A vacina da Oxford está em torno de R\$ 19, enquanto a vacina superfaturada está em torno de R\$ 80. Os números não mentem: há algo de podre no ar.

Até quando, a Presidência da Câmara se omitirá? O Brasil tem pressa: impeachment já! •

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados



A EXTREMA DIREITA QUER ESTICAR A CORDA

Inspirados pela tentativa fracassada de Donald Trump, golpistas apostam na desestabilização política para tentar se manter no poder, depois de derrotados nas urnas e nas ruas. Estratégia em vários países da América Latina passa pela aproximação com segmentos reacionários das polícias, milícias e Forças Armadas. E, obviamente, o pior: a desqualificação do processo eleitoral

Por Danilo Molina

A derrota da extrema direita em eleições presidenciais tem trazido de volta à conjuntura política latino-americana um velho expediente: a escalada golpista. A tutela militar sobre a democracia, que muitos julgavam superada após os processos de redemocratização ocorridos a partir do segundo terço do século passado, em diversos países do continente, voltou a assombrar a região. Tudo embalado com o velho discurso da suposta “ameaça comunista”.

O caso mais recente de golpe na América Latina envolveu a eleição presidencial da Bolívia em 2019, que resultou na renúncia do então presidente reeleito Evo Morales, do Movimento para o Socialismo (MAS). Também está em curso a contestação da vitória de Pedro Castillo (Peru Livre) e, no caso brasileiro, a construção de uma narrativa recorrente de não reconhecimento dos resultados de uma eleição que ainda sequer aconteceu.

Nos três casos, o método empregado pela extrema direita para avançar com o golpismo consiste

em uma aliança com segmentos reacionários das Forças Armadas, das polícias e milícias, sempre associada à tentativa de desqualificação dos processos eleitorais. Trata-se da construção de narrativa que se dá a partir da radicalização e da polarização política, que teve início com o uso do Estado como instrumento de perseguição e a expansão do lawfare contra as principais lideranças populares do continente, associado às fake news nas redes sociais.

Esse método esteve presente na tentativa de golpe do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, que culminou na invasão do Capitólio por grupos de extrema direita, em 6 de janeiro, após ser derrotado nas eleições presidenciais. Na ocasião, Trump convocou seus apoiadores a protestarem, na capital norte-americana, contra o resultado das eleições, justamente na data em que o Congresso dos EUA iria se reunir para homologar a vitória do democrata Joe Biden.

O objetivo de Trump ao convocar os protestos era pressionar o então vice-presidente da República, que Comanda o Senado, Mike Pence, e o parlamento norte-americano para que rejeitassem

a vitória do presidente eleito Joe Biden. Para inflar as manifestações, Trump fez, ao longo de todo o processo eleitoral, uma série de alegações, sem apresentar qualquer prova, de que houve fraude nas votações.

A estratégia fracassada do tutor de Jair Bolsonaro, de desqualificação do processo eleitoral dos Estados Unidos, o mesmo que tinha dado vitória a ele próprio anteriormente, envolveu o ingresso de ações judiciais em diversos estados e o pedido de recontagem de votos em outros. Ao mesmo tempo, Trump e aliados deflagraram uma série de ações midiáticas, com entrevistas e posicionamentos nas redes sociais, dizendo que as investigações e fraudes no processo eleitoral levariam à reversão da eleição de Biden.

O estopim do processo golpista encabeçado pelo ex-presidente foi a invasão da sede do Congresso, em Washington, com a morte de cinco pessoas em decorrência do ato. Parlamentares democratas e alguns republicanos moderados chegaram a convocar uma comissão bipartidária para apurar os eventos que antecederam a invasão, mas, em maio deste ano, os conservadores bloquearam a

abertura da investigação.

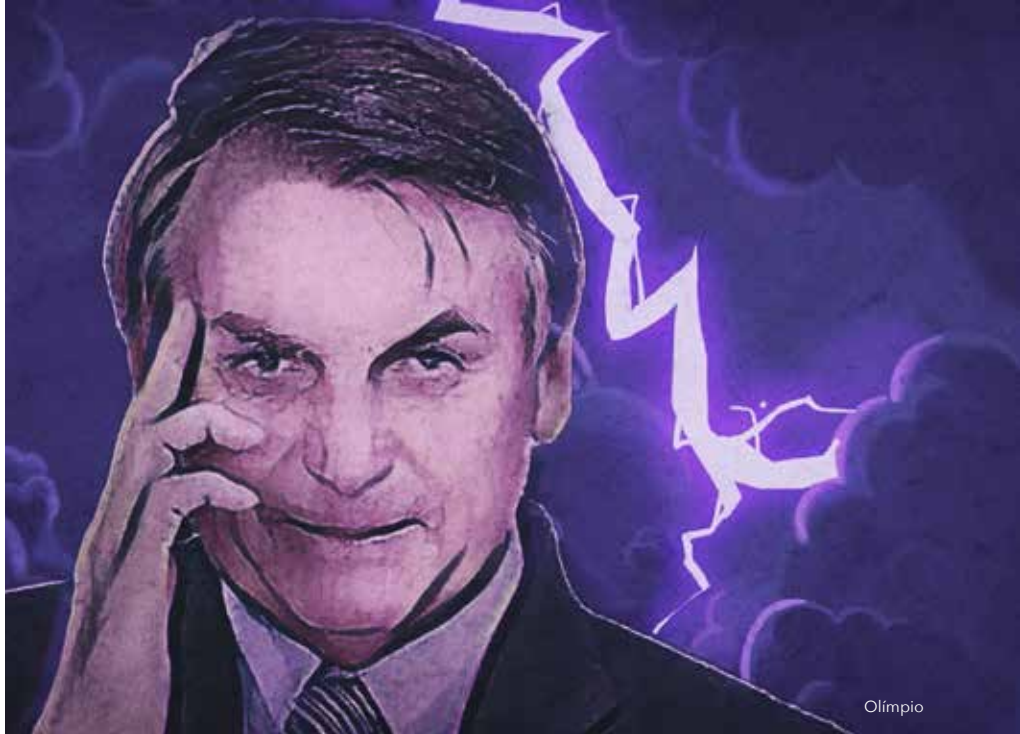
Em entrevista à Deutsche Welle África, o professor catedrático constitucionalista português Jorge Miranda culpou a atitude de Trump em insistir no discurso de que houve fraude nas eleições pelo que aconteceu. “É o maior atentado à democracia que aconteceu nos Estados Unidos”, aponta. “Foi quase um golpe de Estado que iria acontecer. A gravidade do que aconteceu é terrível e foi preparado por Trump durante dois meses”.

“Entrada no Capitólio, só me lembro do que aconteceu em Portugal em 1975, durante a revolução, quando a Assembleia Constituinte foi sequestrada. Mas era um período revolucionário. Agora os EUA vivem em democracia normal e o que aconteceu é de uma gravidade terrível, terrível”, prosseguiu.

Trump não conseguiu levar a cabo o golpe contra Biden, mas as sequelas da polarização social estão dadas Estados Unidos. Em maio, mais de 120 generais e almirantes aposentados norte-americanos publicaram uma carta aberta, na qual expressam preocupação com a condição física e mental de Biden, assim como com a política do atual governo.

Na carta, que colocou em alerta militares da ativa e da reserva, os autores afirmam que os EUA lutam pela sobrevivência como república constitucional e se encontram atualmente em profundo perigo. Além disso, repetiram a ideia de Trump de que Biden não venceu as eleições de forma justa.

O fuzileiro naval reformado Alex McCoy classificou essa iniciativa dos generais e almirantes aposentados como uma traição. “Historicamente, militares reformados têm sido um solo fértil para movimentos fascistas, golpes de Estado e ataques à democracia ou um apoio para os movimentos pró-democráticos”, disse. •



BRASIL: BOLSONARO FLERTA COM O AUTORITARISMO

No Brasil, Jair Bolsonaro, cada vez mais acuado pelas mobilizações populares contra o governo dele, como em 19 de junho, quando 750 mil pessoas tomaram as ruas em mais de 400 cidades do Brasil e no exterior para clamar “Fora Bolsonaro”, segue num esforço perigoso. Em meio à expansão descontrolada da pandemia, com mais de 500 mil brasileiros mortos pela Covid-19, e pelas crises sociais e econômica, o presidente flerta diariamente com uma possível aventura golpista.

Bolsonaro, que nunca escondeu a vocação autoritária e a admiração pela ditadura militar e faz a defesa veemente do Golpe de 1964, celebrando mortes de adversários políticos, tendo como ídolo o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, tenta seguir à risca a cartilha de Trump.

Em relação às Forças Armadas, mais de 6 mil militares participam do governo ocupando cargos, inclusive no primeiro escalão do governo. Além disso, são cada vez mais frequentes as participações

do ex-capitão, com fortes vínculos com as milícias, em cerimônias de formaturas militares e das forças policiais. No melhor do caudilhismo ostensivo e autoritário, Bolsonaro se refere às Forças Armadas como “meu exército”.

Após demitir o ex-ministro da Defesa Fernando Azevedo, Bolsonaro foi responsável, pela primeira vez na história, pelo pedido de renúncia coletiva dos comandantes das FFAA: Exército, Marinha e Aeronáutica. Há fortes indícios que Azevedo saiu por não ceder à pressão de Bolsonaro para alinhar os militares com a defesa golpista do governo e o apoio a medidas contra o isolamento social.

Bolsonaro também tem incentivado a quebra de hierarquia e disciplina, com a violação do estatuto militar. Exemplo recente foi a participação do ex-ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello, em ato político partidário de apoio ao governo. Apesar de tal conduta ser vedada à militares da ativa, nos bastidores, Bolsonaro defendeu que o ex-ministro não fosse punido. O que de fato acabou aconte-

cendo, em um processo classificado como sigiloso pelos próximos 100 anos.

Além disso, recentemente, Bolsonaro defendeu que civis sejam julgados e punidos pela Justiça Militar por supostas ofensas a instituições militares e às Forças Armadas. A posição foi externada em parecer protocolado no Supremo Tribunal Federal, assinado pelo advogado-geral da União.

A proximidade entre Bolsonaro com um segmento das Forças Armadas foi revelada em entrevista do presidente do Superior Tribunal Militar, general Luis Carlos Gomes Mattos, à revista *Veja*. O general afirmou que Bolsonaro não é ameaça à democracia e fez críticas a oposição, afirmando que adversários do presidente tentam “esticar a corda, como se diz, até que ela arrebente”.

Outro exemplo recente de intervenção do Exército na política foi o posicionamento do então comandante, General Eduardo Villas Boas, no Twitter, às vésperas do julgamento de habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como depois revelado pelo próprio general, o posicionamento dele – o Exército “julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade” – foi discutido pelo alto comando. Lula acabou preso injustamente e foi alijado de participar das eleições presidenciais de 2018, que resultaram na eleição de Bolsonaro.

Outra frente de atuação de

Bolsonaro para tentar se manter no poder, independente do resultado das urnas, é a tentativa de deslegitimar o processo eleitoral brasileiro. Da mesma forma que a extrema direita atuou em outros países nos quais houve golpes ou tentativas de golpe, Bolsonaro coloca em xeque a integridade das urnas eletrônicas brasileiras, apesar dele próprio e dos filhos terem sido eleitos em 2018. Mais uma vez, o presidente acusa sem apresentar qualquer indício de irregularidades.

PRESIDENTE TAMBÉM TEM INCENTIVADO A QUEBRA DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA, COM A VIOLAÇÃO DO ESTATUTO MILITAR

São recorrentes as declarações de Bolsonaro de que ele ganhou as eleições de 2018 em primeiro turno. Uma mentira. A eventual vitória de Lula, aponta o líder da extrema-direita nacional, em segundo lugar nas pesquisas eleitorais, só ocorreria por fraude.

Os questionamentos de Bolsonaro fizeram com que o assunto chegasse ao Congresso Nacional e que o corregedor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE),

ministro Luís Felipe Salomão, determinasse o prazo de 15 dias para que Bolsonaro e outras autoridades apresentem evidências e informações que comprovem as acusações de fraudes nas urnas eletrônicas.

O início do século 21 tem colocado a América Latina diante de um desafio histórico: o respeito à democracia e à vontade popular ou o retorno ao golpismo e ao autoritarismo, que mancharam a história do continente por tantos anos. (DM) •

NOVOS ARES NA AMÉRICA LATINA

Apesar da pandemia da Covid-19, a América Latina permanece em efervescência. Tanto 2020 como 2021 foram anos marcados por uma série de protestos e eleições que podem sugerir uma mudança na correlação de forças na região. Começando pelo processo no Chile, fruto de manifestações que começaram ainda em outubro de 2019 e garantiram, em 2020, um plebiscito popular e a eleição de uma Convenção Constitucional, em abril deste ano, com maioria de constituintes mulheres e independentes.

“Respira-se novos ares na América Latina, fruto da luta dos povos em cada país”, aponta Rita Farfán da Federação Democrática Internacional de Mulheres (Fedim). “O principal inimigo é o sistema neoliberal, no qual vivemos, que nos oprime dia-a-dia, que não nos deixa avançar, que não deixa que nosso povo acesse tudo que necessita”, afirma.

Na Argentina, embora o peronismo tenha assumido novamente o poder com Alberto Fernández e Cristina Fernández de Kirchner, as mulheres não saíram das ruas, garantindo a provação da lei de legalização do aborto com uma maré verde que tomou conta das principais cidades do país.

O ano de 2021 começou com os paraguaios marcando a pauta e condenando a gestão de Mário Abdo Benitez durante a pandemia. As manifestações não conquistaram o impeachment, mas foram suficientes para denunciar a corrupção no Executivo. •



Luiz Gandarilla/AFIP

CORRUPÇÃO A ex-presidente Jeanine Áñez foi presa por desvio de dinheiro

CONSPIRAÇÃO NA BOLÍVIA

O mesmo processo ocorreu nas eleições bolivianas de 2019, mas com um final diferente. Lá, houve um golpe contra a democracia. O então presidente reeleito, Evo Morales, teve que renunciar em novembro e buscar exílio político no México e na Argentina, após a Forças Armadas “sugerirem” que ele deixasse o cargo, em razão de ataques violentos patrocinados por milícias, com a cumplicidade da polícia, no esforço de vender uma suposta fraude eleitoral.

“Conspiram contra a democracia. Tenho obrigação de buscar a paz”, disse Evo Morales, na época, destacando que a saída tinha como propósito a pacificação do país. Na ocasião, o então vice-presidente Álvaro García Linera, a presidente do Senado, Adriana Salvatierra, e o presidente da Câmara, Víctor Borda, também renunciaram

sob a promessa da realização de novas eleições presidenciais.

Mas o caminho das urnas só viria a acontecer em outubro de 2020, uma vez que a ex-senadora de extrema direita Jeanine Áñez efetivou o golpe e proclamou-se presidente interina da Bolívia. Ela nunca esteve na linha sucessória, mas promoveu uma manobra para dar aparência de legalidade ao golpe, em uma sessão legislativa sem que houvesse sequer quórum qualificado.

O processo de desestabilização das eleições bolivianas contou com a escandalosa participação das Organização dos Estados Americanos (OEA), que publicou um relatório apontando a ocorrência de fraude nas eleições de Evo Morales. Esse relatório foi uma das “principais evidências” usadas pela extrema direita boliviana para aplicar o golpe em 2019.

Acontece que diversos estudos

posteriores comprovaram que a OEA manipulou dados para acusar fraude na eleição da Bolívia. Tantos cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), quanto um extenso estudo publicado pelo Centro de Investigação em Economia e Política (CPER), ambos nos EUA, comprovaram a distorção dos dados nas eleições.

O estudo da CPER é enfático ao declarar que a OEA contribuiu para a falsa narrativa de que houve fraude nas eleições bolivianas. “O relatório final apresenta informações contraditórias em relação à Transmissão de Resultados Eleitorais Preliminares”, aponta. Além disso, o estudo afirma que a OEA ignorou o fato de que a auditoria Ethical Hacking, contratada pela própria organização, analisou os dados retidos na ocasião das eleições e determinou que os votos não haviam sido manipulados.

Em outubro do ano passado, o povo boliviano pode finalmente voltar as urnas e elegeu a chapa do MAS, composta por Luis Arce e David Choquehuanca, para presidente e vice-presidente. O partido ampliou sua votação e teve desempenho similar a primeira eleição de Evo Morales, em 2005, quando ele recebeu 55,4% dos votos. Arce ganhou a disputa de 2020 com 55,1% da preferência dos bolivianos, um crescimento de oito pontos percentuais em relação à eleição de 2019, que resultou no golpe contra a democracia boliviana.

Com a vitória de Arce, Evo Morales, impedido de disputar as eleições, pode retornar à Bolívia em uma grande festa popular. A golpista Jeanine Áñez foi presa em março deste ano e responde pelos crimes de conspiração, sedição e terrorismo. E agora, estão sendo revelados uma articulação golpista para contratação de mercenários americanos. Além disso, ela é acusada de ter desviado US\$ 1,2 milhão. Áñez foi presa. **(DM) •**

O PROCESSO POLÍTICO PARA ABALAR AS ELEIÇÕES BOLIVIANAS CONTOU COM A ESCANDALOSA PARTICIPAÇÃO DA OEA



Miguel Yovera/Bloomberg

VITÓRIA O professor Pedro Castillo, líder sindical, foi eleito por margem pequena nas eleições, mas não houve fraude

ALERTA: PERIGO GOLPISTA NO PERU

Passadas três semanas das eleições gerais no Peru, que apontam a vitória da disputa presidencial pelo dirigente sindical Pedro Castillo, o povo segue aterrorizado por inseguranças e incertezas. A candidata derrotada, Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, segue a cartilha trumpista e levanta, também sem apresentar provas, a acusação de que houve fraudes nas urnas.

As acusações de Keiko foram negadas pelo Júri Nacional de Eleições do Peru, que apresentou um relatório da missão de observadores da União Interamericana de Órgãos Eleitorais. O estudo conclui que o pleito ocorreu de modo regular e foi exitoso, numa eleição disputada, apertada, mas limpa. A

missão de observação da OEA, composta por 40 membros, também reafirmou o êxito das eleições peruanas e não repetiu a vergonhosa atitude golpista que promoveu nas eleições bolivianas.

Mas o Peru segue assombrado pelo golpismo. Por seguir avaliando pedidos de anulação de atas eleitorais, feitos pelos advogados de Fujimori, a Justiça Eleitoral ainda não declarou o vencedor oficial. Uma série de protestos se desencadeou em Lima, com simpatizantes dos dois candidatos ocupando as ruas da capital peruana. Além disso, militares da reserva, apoiadores da ditadura Fujimori, soltaram uma carta convocando as Forças Armadas a tomar o poder e evitar uma suposta "ameaça comunista".

A reação do atual chefe de estado foi imediata. Francisco Sagasti declarou que o papel das Forças Armadas é velar pela Constituição. "Não deixarei nenhuma mentira nem tergiversação das minhas palavras e ações pelos inimigos da democracia. Seguirei no esforço de buscar o melhor para o nosso país até o último minuto da minha gestão", disse o mandatário.

Pressionada por um pedido da Lava Jato peruana, que solicitou a revogação de uma medida que lhe concedeu liberdade provisória, Fujimori declarou que vai aceitar os resultados que o Júri Nacional de Eleições decidir. Entretanto, segue insinuando que talvez não esteja sendo feito o suficiente para que se saiba "a verdade", em uma clara aposta golpista. **(DM) •**



Ricardo Stuckert

ESTABILIDADE Em carta, Lula e Dilma cobram reconhecimento da legitimidade do processo eleitoral peruano às autoridades judiciais

GRUPO DE PUEBLA: VITÓRIA DE CASTILLO

Lula, Dilma e ex-presidentes pedem que Peru reconheça eleição do novo presidente da República. Carta é assinada por sete ex-mandatários latino-americanos e da Espanha, alertando para atraso

Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e outros cinco ex-mandatários de latino-americanos, além do ex-primeiro-ministro da Espanha defenderam que o Peru deve reconhecer o quanto antes a vitória do candidato esquerdista Pedro Castillo nas eleições presidenciais, realizadas há três semanas.

“O legítimo direito de que dispõem os adversários políticos de Pedro Castillo para solicitar esclarecimentos e revisões dos documentos e processos eleitorais não pode tornar-se uma estratégia dilatória para impedir a validação de resultados”, apontam os ex-presidentes.

“Qualquer atraso injustificado na oficialização da decisão tomada pelo povo peruano, que resultou na eleição de Pedro Castillo, gera incertezas e cria espaços indesejáveis de desorganização para o curso da economia, a estabilidade da democracia, podendo atrasar ilegitimamente o mandato”, aponta o documento, que também é assinado pelos

ex-presidentes Ernesto Samper Pizano (Colômbia), Fernando Lugo (Paraguai), Martín Torrijos (Panamá) e Rafael Correa (Equador), além de José Luis Rodríguez Zapatero, da Espanha.

Com 100% das urnas contabilizadas, o resultado aponta 50,12% para Castillo e 49,87% para Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori. O anúncio oficial ainda depende do Júri Nacional Eleitoral, responsável pela análise do pedido de impugnação de atas de votação, já que Keiko pediu a revisão de 300 mil votos e a anulação de outros 200 mil.

Em 19 de junho, o Grupo de Puebla registrou com preocupação movimentos golpistas no Peru, apoiando o presidente constitucional em sua corajosa defesa da institucionalidade democrática e fazendo um apelo às Forças Armadas do país para que mantenham sua condição de civilidade e neutralidade frente aos resultados de processo eleitoral já encerrado pelas autoridades constitucionais. •

O QUE DIZ A CARTA

Nós signatários desta declaração do Grupo de Puebla, preocupados com a situação política no Peru e movidos pela necessidade de defender a institucionalidade democrática, declaramos:

1. Há fortes indícios de que o professor Pedro Castillo obteve a maioria dos votos nas eleições de 6 de junho último, realizadas de acordo com as garantias e normas da transparência e disputa eleitoral.

2. Apurada a totalidade das atas de votação, nos dirigimos respeitosamente ao Jurado Nacional de Elecciones (JNE) do Peru para que proceda em consequência e declare formalmente a vitória de Pedro Castillo.

3. O legítimo direito de que dispõem os adversários políticos de Pedro Castillo para solicitar esclarecimentos e revisões dos documentos e processos eleitorais, não pode tornar-se uma estratégia dilatória para impedir a validação de resultados que, segundo as contagens, são inquestionáveis.

4. Como é do conhecimento do Presidente da República, das Forças Armadas e demais atores institucionais, qualquer atraso injustificado na oficialização da decisão tomada pelo povo peruano que resultou na eleição de Pedro Castillo, gera incertezas e cria espaços indesejáveis de desorganização para o curso da economia, a estabilidade da democracia, podendo atrasar ilegitimamente o mandato do presidente eleito Castillo, afetando a concretização dos projetos sociais anunciados durante sua campanha. •

Dilma Rousseff, ex-presidenta do Brasil
Ernesto Samper, ex-presidente da Colômbia
Fernando Lugo, ex-presidente do Paraguai
José Zapatero, ex-presidente da Espanha
Lula da Silva, ex-presidente do Brasil
Martín Torrijos, ex-presidente do Panamá
Rafael Correa, ex-presidente do Equador



Arquivo

PRIMEIRA VÍTIMA O ex-presidente Fernando Lugo sofreu um Golpe de Estado em 2012, quando foi retirado à força do poder pelas oligarquias

NOVE ANOS DO GOLPE CONTRA LUGO NO PARAGUAI

Por Dominique Galeano | Página 12

O Paraguai comemorou na terça-feira, 22, os nove anos do golpe de Estado que em 2012 removeu o presidente Fernando Lugo, eleito democraticamente em abril de 2008. A partir da Frente Guasu, uma concentração de partidos paraguaios organizaram um painel no qual os ex-presidentes Lugo e Dilma Rousseff, além do senador argentino e ex-chanceler Jorge Taiana participaram para avaliar o impacto que o golpe promoveu na América Latina.

A ex-presidente do Brasil Dilma Rousseff lamentou o episódio, mas lembra que aquilo desencadeou uma onda de instabilidade política na região. “Porque a memória é também a busca da verdade, e estamos procurando a verdade dos fatos, do que aconteceu na América Latina que conseguiu tirar tantos presidentes, culpar tantos líderes políticos importantes que não eram presidentes na época, mas foram antes”, apontou.

“Viemos do Golpe de Honduras, um golpe grosseiro, no estilo dos anos 70, com o presidente eleito preso e levado de sua casa”, lembrou Lugo, que viajou com o então chanceler Jorge Taiana ao país da América Central, embora as autoridades de fato que demitiram Manuel Zelaya não tenham permitido o desembarque da comitiva.

“Isso permite lembrar verificar que o fato do Paraguai não foi isolado e não terminou ali. Foi seguido pelo golpe contra Dilma no Brasil e depois a Evo Morales, na Bolívia. Espedro que Pedro Castillo não seja outro Fernando Lugo”, disse o ex-presidente paraguaio, eleito em 20 de abril de 2008.

Lugo assumiu o poder em uma histórica transição democrática que encerrou mais de 60 anos de continuidade do Partido Colorado no país. “Quando assumimos que faríamos um governo voltado para o povo, com sucessos e fracassos, luzes e sombras (...) Camponeses que podiam entrar no palácio do governo, fazíamos reuniões com os cidadãos,

com as comunidades, camponeses e jovens”, lembrou Lugo.

“Por isso se repetiram as ameaças de nos tirar do poder. Em alguns aspectos, temos sido um pouco ingênuos porque as ameaças de impeachment foram repetidas várias vezes. Alguns dizem que houve 22 ameaças de impeachment. No número 23 o executaram”, afirmou Lugo. “Em 2009 já instalaram na mídia que Lugo não estava saindo, que estava absorvido pelo poder, que ia continuar uma longa ditadura, e alguns acreditaram nisso”, acrescentou.

“Ao meio-dia de 21 de junho nos disseram que tínhamos 17 horas para fazer a defesa”, lembrou Lugo, sobre a véspera do golpe e o texto acusatório que “não tinha nenhum argumento que pudesse legitimar um julgamento político de um presidente”.

Dilma lembrou o momento em que soube da notícia do impeachment de Lugo. “Nunca houve dúvida de que havia um golpe contra Lugo no Paraguai porque esse histórico de denúncias era extremamente frágil”, disse. “Era algo que não podíamos ignorar, conseguir um presidente com base em argumentos bastante frágeis em 24 horas. Que processo democrático é esse? Qual procedimento de defesa?”, questionou.

Ela lembrou a decisão dos presidentes da Unasul. “O país não teria mais o direito de participar do Mercosul e da Unasul”, afirmou. “E concordamos com qualquer proposta retaliar o país como interrupção do financiamento ou interrupção das relações que afetassem o povo paraguaio porque foram as classes oligárquicas que o afastaram”, comentou. “Foi uma época em que a Unasul e o Mercosul tinham força para fazer isso, mas não o fizeram quando sofri o impeachment”. •



MORO: SUSPEITO E PARCIAL

STF encerra o caso do triplex e confirma a má conduta do ex-juiz federal Sérgio Moro. O ministro Gilmar Mendes estendeu ainda a suspeição do ex-magistrado a outros dois processos: os casos do sítio de Atibaia e o de doação ao Instituto Lula. Depois de preso injustamente e condenado sem provas, o ex-presidente obtém vitória e prova ter sido vítima da Lava Jato

Demorou. Mas a Justiça foi feita. O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou na quarta-feira, 23, por 7 votos a 4, a suspeição de Sergio Moro como magistrado na condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no caso do triplex do Guarujá. O caso foi retomado mas o placar já estava decidido.

Com os votos contrários dos

ministros Marco Aurélio e Luiz Fux, proferidos na sessão da semana passada, o placar final fez justiça a longa batalha judicial travada pelo por Lula para provar sua inocência e demonstrar a parcialidade do ex-juiz federal, que largou a magistratura em 2018 para assumir o cargo de ministro da Justiça no governo Bolsonaro.

Das 17 acusações contra Lula, a defesa do ex-presidente soma 15 vitórias na Justiça. Em todos

os casos julgados, o ex-presidente conseguiu provar sua inocência, conquistada em diversos tribunais e instâncias. Na segunda-feira, Lula e o ex-ministro da Secretaria Geral da Presidência Gilberto Carvalho foram absolvidos da acusação que tentou envolvê-los na chamada Operação Zelotes.

Lula conseguiu convencer os juizes que ele teve um julgamento parcial e foi perse-

guido por Sérgio Moro e os procuradores da chamada "República de Curitiba". Os sete votos pela manutenção da decisão da 2ª Turma do STF, reconhecendo a suspeição do ex-magistrado, foram proferidos pelos ministros Gilmar Mendes, Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, além das ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia. Votaram em favor de Moro os ministros Marco Aurélio, que havia pedido vista dos autos, Luiz Fux, além do relator da Lava Jato, Luís Edson Fachin, e Luís Roberto Barroso.

No dia seguinte ao histórico julgamento, o ministro Gilmar Mendes decidiu também reconhecer a parcialidade e atuação irregular de Moro nos casos do sítio de Atibaia e o da doação de um imóvel ao Instituto Lula. No despacho, Mendes apontou que Lula foi processado em um "cenário permeado pelas marcantes atuações parciais e ilegítimas do ex-juiz Sergio Fernando Moro".

As sentenças contra Lula já haviam sido anuladas pelo ministro Edson Fachin, em março. Com a decisão tomada por Gilmar Mendes, nenhuma documentação ou depoimento utilizado nos dois processos pode ser reaproveitado em outra jurisdição.

Em nota, os advogados do ex-presidente – Cristiano Zanin e Valeska Martins – elogiaram a decisão: "Com essa extensão, que atende ao pedido que formulamos, todos os processos em que o ex-juiz Sergio Moro atuou envolvendo o ex-presidente Lula estão maculados pela nulidade irremediável – de forma que nenhum ato poderá ser reaproveitado em qualquer instância". •

Ricardo Stuckert



JUSTIÇA FEDERAL ABSOLVE LULA NA OPERAÇÃO ZELOTES

Ex-presidente foi absolvido da acusação de ter recebido propina para facilitar edição de medida provisória que favoreceu montadoras em 2009. Não havia provas

A semana começou com o prenúncio de vitórias impactantes do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Justiça. O juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 10ª Vara Federal em Brasília, o absolviu da falsa acusação de ter recebido propina para facilitar a edição de uma Medida Provisória que favoreceu montadoras em 2009.

O caso faz parte de uma das linhas de investigação da chamada Operação Zelotes. Também foram absolvidos Gilberto Carvalho, ex-chefe de e outras cinco pessoas. Para o juiz, não ficou demonstrado a maneira como Lula e Carvalho "teriam participado no contexto supostamente criminoso".

De acordo com a acusação, Lula e Gilberto Carvalho teriam recebido R\$ 6 milhões de forma ilegal para campanha eleitoral do PT. O dinheiro teria sido repassado por Mauro Marcondes, que representava a Hyundai (Caoa) e a Mitsubishi do Brasil.

As duas montadoras se beneficiaram com a MP que prorrogou incentivos fiscais para as fábricas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Segundo a decisão, embora existam elementos que demonstrem a atuação por parte da empresa de Mauro Marcondes para a aprovação da MP, "não há evidências – nem sequer minimamente aptas – a demonstrar a existência de ajuste ilícito entre os réus".

"É segura, portanto, a conclusão de que a acusação carece de elementos, que possam fundamentar, além de qualquer dúvida razoável, eventual juízo condenatório em desfavor dos réus", escreveu o juiz no despacho.

Em maio, o próprio Ministério Público Federal pediu a absolvição de Lula, indicando que, embora houvesse indícios de favorecimento privado, inexistiam evidências mínimas quanto às circunstâncias em que o suposto repasse tivesse favorecido o PT. •



QUANDO O SISTEMA DE JUSTIÇA VIRA UM ATOR POLÍTICO

A Lava Jato foi o espaço político onde se construiu a cultura do antipetismo, sem a qual não seria possível a prisão de Lula e a absurda comparação, amplamente divulgada pela extrema-direita, entre o projeto social-democrata do PT e um “ideário comunista”

Por Gisele Cittadino *

Quando, em setembro de 2016, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) decidiu, por 13 votos a 1, que o juiz Sergio Moro não deveria ser censurado por ter divulgado um grampo telefônico ilegal com conversas privadas entre a então presiden-

ta Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurava-se ali, pelo menos do ponto de vista formal, a violação dos limites jurídicos impostos a um agente público.

Em outras palavras, ao decidir que os processos da 13ª Vara Federal de Curitiba traziam “problemas inéditos” que exigiam “soluções inéditas”, um tribunal superior brasileiro legitimou a

ideia segundo a qual o direito pode dar respaldo ao arbítrio. Afinal, temos uma decisão jurídica que autoriza um juiz federal a não se submeter ao direito.

A partir de então, os processos decorrentes da operação Lava Jato – porque seriam “excepcionais” – recebem uma espécie de autorização superior, e praticamente unânime, para ignorar a normatividade vigente destinada

apenas aos casos comuns.

É nesse contexto de pura discricionariedade e arbítrio – o modelo da exceção que rompe com o estado de direito –, que a Lava Jato precisa ser compreendida e analisada. Trata-se de uma guerra jurídica – também conhecida como lawfare – que elege pelo menos três alvos distintos: o ex-presidente Lula, o projeto petista de país e a própria soberania nacional.

A arena judicial – com o seu verniz normativo – transforma-se em um espaço político que faz uso do direito e de agentes públicos para aniquilar projetos, políticos e o próprio país. Ainda que tenha sido descrita pela grande mídia corporativa como um reduto da luta contra a corrupção no Brasil, a Lava Jato foi o espaço político onde se construiu a cultura do antipetismo, sem a qual não seria possível a prisão de Lula e a absurda comparação, amplamente divulgada pela extrema-direita, entre o projeto socialdemocrata do Partido dos Trabalhadores e um certo ideário comunista.

Para prender Lula, a Lava Jato cria conceitos jurídicos inexistentes – como “propriedade de fato” e “ato de ofício indeterminado” –, ignora documentos apresentados pela defesa técnica, abre prazos processuais exclusivos para o Ministério Público, mantém sob sigilo peças processuais que poderiam acarretar uma mudança de jurisdição, isso tudo para não falar sobre os diálogos apreendidos na Operação Spoofing que revelaram uma indecente rede de relações entre juiz, procuradores, policiais federais e auditores fiscais.

Assegurar a consolidação da cultura do antipetismo, amplamente divulgada na mídia corporativa, exigia a prisão do ex-presidente, para, com isso, não apenas retirá-lo do proces-

so eleitoral, mas também viabilizar o desmonte de um projeto de país, de políticas públicas e sociais de inclusão das nossas camadas populares, e ainda vergar setores importantes da economia brasileira que concorriam com empresas internacionais.

Não há, portanto, outra maneira de analisar a Lava Jato senão como um modo de utilização da arena judicial que simula um processo legal cujo resultado já era conhecido desde o início, independentemente das investigações da polícia, ou dos argumentos, das provas e dos

COMO UM JOGO DE CARTAS MARCADAS, A LAVA JATO JAMAIS FOI UM PROCESSO JUDICIAL, MAS APENAS UMA ESTRATÉGIA DE LUTA POLÍTICA

documentos apresentados pela defesa e pelos integrantes do Ministério Público.

Foram muitos os juristas brasileiros que, naquele momento, denunciaram a inconsistência da sentença contra Lula, a rapidez extraordinária do julgamento dos recursos nos tribunais superiores, o compromisso do sistema de Justiça com argumentos que violavam o devido processo legal e a postura indigna da mídia corporativa que adulava juiz

e procuradores, transformados em heróis que lutavam contra a corrupção.

Muito antes das denúncias do The Intercept Brasil e do vazamento dos diálogos da Operação Spoofing, não havia dúvidas, para os profissionais da área do direito, que a Operação Lava Jato era, na verdade, apenas uma guerra jurídica contra um político, um projeto de país e sua soberania.

Sem a Lava Jato, a cultura antipetista não teria prosperado e a extrema-direita não teria chegado ao poder. Tampouco o país teria perdido mais de 2,5 milhões de empregos, ou enfrentado um prejuízo de mais de R\$ 142 bilhões, como resultado da devastação causada nas indústrias de petróleo e gás, engenharia pesada, indústria naval e construção civil. O ataque à soberania nacional se consolida com a atuação das petroleiras estrangeiras no país e, fora do Brasil, com o fortalecimento do pool de empreiteiras americanas.

Como um jogo de cartas marcadas, a Lava Jato jamais foi um processo judicial, mas apenas uma estratégia de luta política, diuturnamente repercutida pela grande imprensa – e especialmente pela Rede Globo de Televisão. Não é por outra razão que após tantos anos o Supremo Tribunal Federal não teve alternativa senão a de declarar a parcialidade do juiz Sergio Moro.

Tudo nos leva a crer que em 2022 teremos eleições livres e legítimas. Haveremos de superar os prejuízos que recaíram sobre nosso país nestes últimos anos, e jamais poderemos permitir que o sistema de Justiça brasileiro volte a atuar como uma força política capaz de calar a soberania popular. •

* Professora Associada da PUC-Rio, é sócia fundadora da ABJD e Integrante do Grupo Perrogativas.

REFORMA POLÍTICA PRECISA GARANTIR AVANÇOS NA DEMOCRACIA



Proposta de mudança na legislação eleitoral em discussão na Câmara permite retrocesso inaceitável. O “Distritão” só existe em quatro países: Ilhas Pitcairn, Vanuatu, Jordânia e Afeganistão. Ou seja, não é adotado nas nações do mundo democrático

Por Henrique Fontana *

O sistema político brasileiro padece de dois grandes problemas estruturais, e não se pode falar em reforma política sem enfrentá-los adequadamente do ponto de vista do aperfeiçoamento democrático. Um deles é o personalismo, que fragiliza os partidos políticos ao favorecer a eleição de figuras conhecidas a partir de sua imagem pública e não de programas políticos. O outro é o abuso do poder econômico, que foi parcialmente reduzido com a consolidação do fundo de financiamento público, mas ainda pode ser aperfeiçoado.

Infelizmente, as propostas que vêm alimentando os debates sobre a reforma política no Parlamento para este ano – pelo menos no momento em que escrevo esse artigo – apontam para retrocessos inaceitáveis. Quero me deter especialmente na proposta do sistema de votação chamado “Distritão”, que só existe em quatro países: Ilhas Pitcairn, Vanuatu, Jordânia e Afeganistão. Ou seja, não é adotado nas nações do mundo democrático.

Neste sistema, o foco das campanhas são os candidatos, deixando em segundo plano os programas dos partidos e das frentes políticas, favorecendo, portanto, o personalismo. Caso adotado, as eleições proporcionais se tornariam pequenas eleições majoritárias e produziriam uma ênfase individual que beneficiaria os candidatos com mais recursos ou mais conhecidos, dificultando a renovação do Legislativo. A campanha individualizada causaria o fim da

fidelidade partidária, o que criaria problemas de governabilidade. A hiper fragmentação se ampliaria e seria quase como ter 513 partidos.

Neste modelo, só seriam computados os votos dados aos que obtiveram maior votação. Ou seja, os votos dados a outros candi-

NO 'DISTRITÃO', O FOCO SÃO OS CANDIDATOS, DEIXANDO DE LADO OS PROGRAMAS DOS PARTIDOS E FRENTE, FAVORECENDO O PERSONALISMO

datos seriam jogados na lata do lixo. Pela análise da última eleição, em um levantamento da *Folha de S.Paulo*, 70% dos votos seriam desperdiçados. Ou seja, 68 milhões dos quase 100 milhões de eleitores que escolheram um candidato a deputado federal teriam seus votos desprezados.

Não é desta reforma política que o Brasil precisa. É necessário avançar. No caso do poder econômico, a legislação atual, apesar dos avanços, ainda permite, por exemplo, que candidatos su-

per ricos banquem suas próprias campanhas. É preciso diminuir o impacto do poder econômico nas eleições. Quanto mais baratas forem, melhor. Portanto, devemos trabalhar pela redução dos tetos de gastos nas campanhas e pela diminuição dos valores das contribuições de pessoas físicas.

Medidas como as cláusulas de barreira moderadas e o fim das coligações proporcionais devem ser preservadas, mas devemos avançar na viabilização de federações partidárias, que têm obtido excelentes resultados em países como Alemanha, Chile, Portugal e Uruguai, nas quais os partidos se articulam em torno de programas comuns. As federações asseguram o pluralismo político, garantem um caráter mais nacional às legendas, valorizam as identidades entre os partidos e inibem o fisiologismo.

O PT tem bandeiras históricas na busca de ampliar o espaço das mulheres e dos negros na representação política, ainda muito aquém de sua real presença na sociedade. Estamos propondo a proporcionalidade de um terço para as mulheres e os negros, não apenas nas listas de candidatos, mas na própria composição das casas legislativas.

Precisamos da reforma política que amplie a participação popular por meio de mecanismos de democracia direta, como plebiscitos e referendos, e facilite a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular. A reforma deve, ainda, combater o poder econômico e estimular a renovação, a qualificação e a diversidade nos parlamentos, essenciais à democracia. •

* Médico e administrador, é deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul

ELETOBRÁS: O JOGO NÃO ACABOU

A aprovação da MP que permite a privatização da Eletrobrás pela Câmara não significa que está tudo perdido. A decisão sobre a venda do controle acionário da estatal é perfeitamente reversível

Por Jean Paul Prates

Na segunda-feira, a Câmara dos Deputados fulminou um projeto idealizado nos anos 50, aprovando a medida provisória que permite a privatização da Eletrobrás. É sem dúvida um erro estratégico para o Brasil e terá efeitos fulminantes sobre o país e a nossa gente, caso venha a acontecer. Este crime contra a soberania nacional precisa ser impedido.

Com algumas décadas de estudo e trabalho na área de energia, há muito tempo venho alertando para os graves prejuízos que decorrerão dessa insensatez que é vender o controle acionário da Eletrobrás, empresa nacional estratégica, a holding das holdings do setor elétrico.

A MP da Eletrobras tem dois grandes pecados. O primeiro é a privatização em si. Já o segundo, que vai prejudicar o consumidor brasileiro por anos, é a criação de verdadeiros cartórios para vários setores, que vão ser subsidiados pelo povo para fornecer energia mais cara.

No plenário do Senado, combati a infeliz MP da desestatização da Eletrobrás com todas as forças, ao lado dos companheiros da bancada do PT. É importante ressaltar que não estivemos sozinhos. Esse não foi um empenho exclusivo da esquerda. A proposta de Bolso-

UMA EMPRESA PÚBLICA TEM A OBRIGAÇÃO DE ATENDER À SOCIEDADE. A ELETOBRÁS PÚBLICA LEVA ENERGIA A QUEM PRECISA

naro e Paulo Guedes – acrescida de absurdos “jabutis” – conseguiu descontentar até mesmo um bloco de senadores que, em geral, apoia as privatizações.

O jogo ainda não acabou. Considero a decisão sobre a venda do controle acionário da Eletrobras perfeitamente reversível. A mobilização de trabalhadores, entidades e parlamentares não vai arrefecer. Esgotaremos todos os recursos para travar mais esse crime de Bolsonaro contra o país.

Para começar, o PT e aliados vão acionar o Tribunal de Contas da União e o Supremo Tribu-

nal Federal contra as manobras e os prejuízos da privatização da Eletrobrás. Vamos também atuar decididamente durante a implantação do processo de desestatização da empresa, marcando com dureza cada movimentação para a entrega do controle da estatal. E, por fim, não esqueçamos: este governo está com os dias contados.

Vender a Eletrobrás é um erro que será pago por todos os brasileiros e as brasileiras diretamente na conta de luz e nos efeitos em cascata sobre a economia, já que o aumento da tarifa também impacta a indústria, o comércio e a agricultura.

Uma empresa pública tem a obrigação de atender à sociedade. A Eletrobrás pública leva energia a quem precisa, independentemente de o serviço dar lucro ou não. Com a Eletrobrás privatizada, a energia deixará de ser direito para virar luxo.

As pessoas que vivem nas localidades mais distantes dos grandes centros serão as mais penalizadas com essa manobra: a privatização da Eletrobrás pode resultar em energia até quatro vezes mais cara.

Continuaremos mobilizados para garantir que a conta de luz dos brasileiros não aumente e para impedir a transferência do patrimônio dessa enorme estatal para as mãos de alguns poucos. •

* Senador pelo PT do Rio Grande do Norte, é líder da Minoria.

GUEDES: “QUERIDOS, ENCOLHI A ECONOMIA”



A farsa do ajuste fiscal, propagandeada pela mídia e o mercado – e encampada pelos conservadores na política – é desmascarada. Passados cinco anos da queda de Dilma Rousseff, o Brasil não apenas retrocedeu em indicadores sociais, como a economia piorou: a dívida explodiu, a inflação voltou e o PIB afundou

A mentira pode ser contada mil vezes. Mas ela jamais deixa de ser uma verdade. Com o propósito de obter apoio da opinião pública para o Golpe de 2016, que derrubou Dilma Rousseff da Presidência da República com o impeachment sem crime de responsabilidade, foi construída uma narrativa sobre um Brasil quebrado e em profundo desequilíbrio. A promessa dos golpistas era “só tirar a Dilma”

para assegurar a retomada do crescimento da economia brasileira. Uma falácia. O povo foi enganado pela mídia, o establishment empresarial e as forças políticas que lutaram para estabelecer uma guinada de 180 graus e impor mais uma vez a agenda neoliberal.

As bases para a narrativa de que o problema do país era o governo do PT estavam ancoradas em uma piora conjuntural de alguns indicadores que refletiam, em grande medida, a crise gerada pelo próprio processo de

inviabilização política que antecedeu o golpe.

A radicalidade das mudanças na gestão macroeconômica propostas pelos governos pós-golpe se justificaria, no discurso, pela necessidade de reconstruir o que havia sido destruído. Mudanças que, na prática, propiciaram a adoção de políticas neoliberais de ajuste, ancoradas na premissa equivocada e falsa da necessidade de retomar a redução do Estado. Proposta jamais validada em processo eleitoral desde 2002.

Passados cinco anos do golpe e dois governos comprometidos com a austeridade fiscal e a destruição do Estado, os resultados são desastrosos. Não faltaram medidas de ajuste. Foram aprovadas duas reformas trabalhistas e uma previdenciária. Também adotadas duas novas regras fiscais – o teto dos gastos imposto pela Emenda Constitucional 95 e a chamada PEC Emergencial. Além disso, outra medida foi tornar o Banco Central “independente”. Por fim, empresas públicas foram privatizadas.

Como o diagnóstico era falso e equivocado, o Brasil não voltou a crescer de forma sustentável. Ao contrário, o desequilíbrio fiscal persiste, a inflação voltou a assombrar. A economia brasileira está menor e fora da lista das dez maiores do mundo, a população está mais pobre e assolada pela fome. Nem o PT quebrou o Brasil, nem o ajuste neoliberal é eficiente. Pior. A desigualdade de renda e social se aprofundou como nunca na história recente do país. O Brasil regrediu e hoje está mais pobre, mais desigual e o povo mais miserável. O triste é que os ricos estão mais ricos.

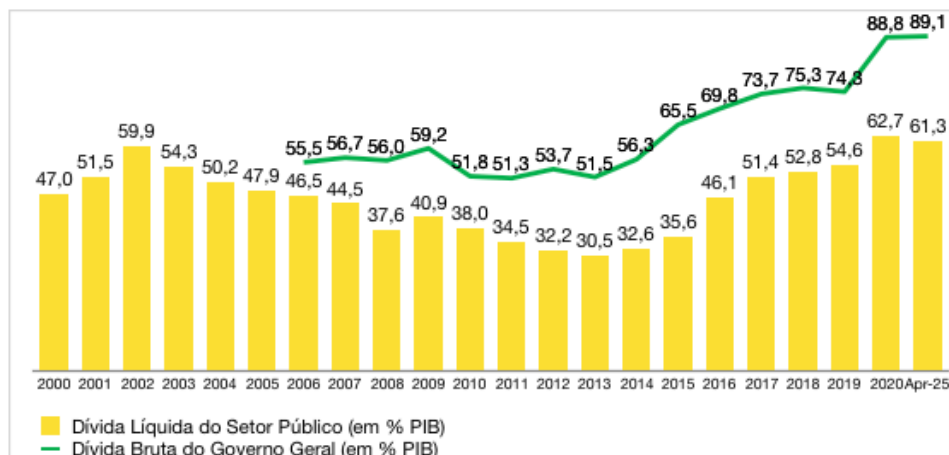
E o PIB não voltou a crescer...

A promessa de retomada do crescimento sustentado foi em vão. Mesmo desconsiderando a queda do PIB em 2020, pela excepcionalidade dos impactos da pandemia da Covid-19, a economia brasileira era, em 2019, apenas 0,81% maior que em 2015. Ou seja, a atividade econômica ficou praticamente estagnada. O PIB per capita, que cresceu 55% no período do PT, diminuiu 3% entre 2015 e 2019, queda ampliada em 2020, permanecendo, em todo o período pós-golpe, praticamente inalterado.

Mas o que é ruim, ainda pode piorar com outro dado relevante: a inflação voltou

Evolução das Dívidas Bruta e Líquida

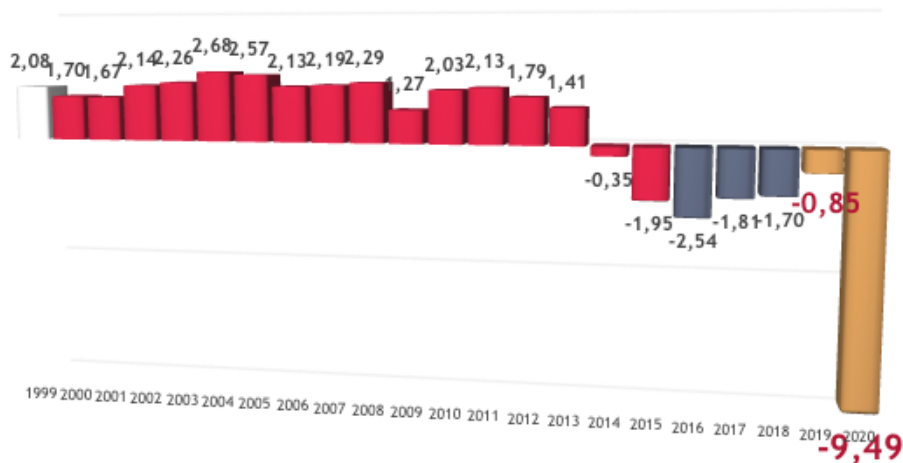
Em porcentagem do PIB



Fonte: Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional.

Resultado primário do governo federal

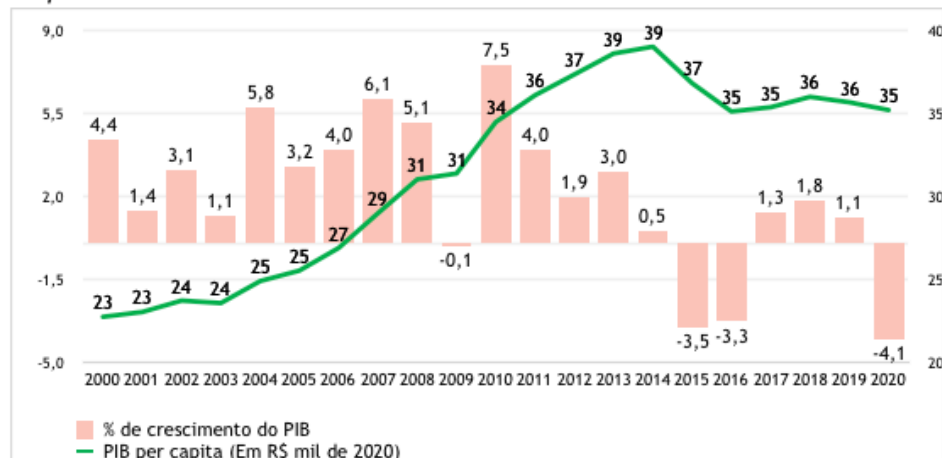
Em porcentagem do PIB



Fonte: Banco Central do Brasil

Taxa anual de crescimento do PIB e evolução per capita

Em percentual e em mil reais de 2020



Fonte: Banco Central do Brasil. IBGE
Deflator utilizado: IPCA médio.

com força. Apesar do IPCA bem comportado, a carestia do preço de alimentos é crescente. É inegável que, nos anos pós-golpe, a inflação evoluiu de forma favorável, permanecendo abaixo do centro da meta no triênio 2017-2019, graças à estagnação no crescimento e ao baixo ritmo de aumento da renda do trabalho. No entanto, a partir do governo Bolsonaro, a inflação de alimentos se descolou do índice médio crescente. Foi mais que o dobro do IPCA. Ou seja, o golpe entregou inflação controlada, mas com carestia de alimentos.

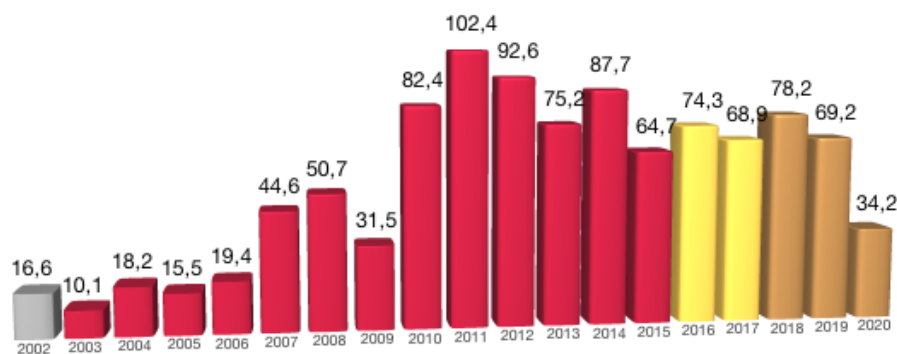
Outro ponto relevante a observar é que, nos governos do PT, o Brasil acumulou expressivo volume de reservas internacionais, importante proteção contra crises externas. No pós-golpe, as reservas permaneceram estáveis, mostrando a correção da política adotada no período do PT e sua importância para a solidez da economia.

O ministro da economia de Bolsonaro, o ultraliberal Paulo Guedes, chegou a ensaiar a venda de reservas para recomprar a dívida pública, quando o momento evidentemente pedia por uma expansão do investimento público, mas não avançou neste intento.

Outro dado relevante é a queda de investimentos externos. Se o investimento direto no Brasil for entendido como uma medida da confiança na economia, o golpe mudou, para pior, a ava-

Evolução dos investimentos diretos no país

Em US\$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil

liação dos investidores externos. Ainda que o saldo de investimento direto tenha permanecido positivo, o patamar não voltou aos registrados entre 2010 e 2014, que persistem momentos de recorde na história recente. Ou seja, os investidores não têm tanta confiança, apesar das promessas de Guedes. De mais a mais, há outro destaque a ser feito para desmontar a tese de que o governo Dilma andava na contramão dos desejos de redução da dívida pública. Pois o golpe resultou num aumento substancial do buraco nas contas públicas.

A suposta insustentabilidade das contas públicas foi uma das críticas mais forte às gestões econômicas do PT, em especial ao governo Dilma. A adoção de novas regras fiscais foi vendida, pelos governos Temer e Bolsonaro, como imposição para reverter supostos desequilíbrios herdados do período do PT.

Passados cinco anos do golpe,

e apesar das restrições ao gasto público impostas pela Emenda Constitucional 95 e mesmo com o alívio sobre as contas públicas gerado pela queda da Selic, o Brasil continua registrando déficit primário.

A dívida pública manteve-se em contínuo crescimento, voltando, no caso da dívida líquida, a patamares anteriores ao do período do PT, quando o Brasil se encontrava em dificuldades financeiras e escorado em empréstimos do FMI.

Toda a redução do endividamento conquistada nos períodos dos governos do PT foi revertida pela gestão de Temer e Bolsonaro, comprometidos com a chamada austeridade fiscal, mostrando que só há sustentabilidade fiscal em uma econômica dinâmica, nunca em um país deprimido.

Resumindo: a economia brasileira piorou após o golpe. O diagnóstico equivocadamente ventilado pela mídia e os arautos do neoliberalismo propiciou condições políticas para remédios desnecessários e destrutivos.

Os governos Temer e Bolsonaro, comprometidos com um modelo de ajuste que fragiliza os fundamentos macroeconômicos, aprofundaram os desequilíbrios, não promoveram a retomada do crescimento, aumentaram o desemprego e tornaram a população mais pobre o país e mais desigual. •

**DERRUBADA
DILMA, O BRASIL
CONTINUA
REGISTRANDO
DÉFICIT PRIMÁRIO.
E A DÍVIDA
MANTÉM-SE
EM CONTÍNUO
CRESCIMENTO**



SEM GOVERNOS DO PT, DESEMPREGO EXPLODIU

A falta de dinamismo do emprego formal no Brasil depois de 2016 conta somente uma parte do impacto do golpe sobre o mercado de trabalho brasileiro. Há ainda o aumento da informalidade, que foi expressivo no período

Mais emprego e mais renda. Esse foi um resultado inquestionável dos 13 anos de governo do PT. Foram criados 19,4 milhões de empregos formais. O desemprego chegou aos menores patamares da série histórica. Havia política de valorização do salário mínimo. A renda do trabalho aumentou 18% em termos reais. E todos os direitos dos trabalhadores foram preservados.



Edilson Dantas / Agência O Globo

RETRATO DA CRISE Em 2019, milhares se aglomeraram para tentar a sorte em mutirão do emprego em São Paulo

Após a saída de Dilma Rousseff da Presidência da República, com o impeachment fraudulento que a alijou da Presidência da República, os governos Temer e Bolsonaro fizeram e vêm fazendo exatamente o contrário. Realizaram reformas que subtraíram direitos dos trabalhadores. Extinguiram o Ministério do Trabalho. Abandonaram a política de valorização do salário mínimo. Congelaram os gastos sociais. Praticam uma política deliberada de manutenção de crise e arrocho que resulta em menos oportunidades de trabalho e mais desemprego. Temer e Bolsonaro não têm compromisso com as trabalhadoras e os trabalhadores.

A partir de 2015, já sob as ações de inviabilização do governo Dilma, o emprego formal parou de crescer no país. Após a queda dela em 2016, permane-

ceu praticamente estagnado. E, em 2020, o total de empregos formais no Brasil permanecia inferior a 2015.

A falta de dinamismo do emprego formal conta somente uma parte do impacto do golpe sobre o mercado de trabalho brasileiro. Há ainda o aumento da informalidade, que foi expressivo no período. Até 2015, a taxa de informalidade - trabalhadores sem carteira, empregadores e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar - caiu, chegando a 39%, o menor patamar da série.

A partir de então, a informalidade voltou a crescer, chegando a 41% em 2019. Em 2020, recuou para 38,7%, devido à queda acentuada da ocupação dos informais nos primeiros meses da pandemia da Covid-19. Em números absolutos, são 33,3 milhões de brasileiros que trabalham sem di-

reitos e em ocupações com alta instabilidade de renda.

Outro aspecto da deterioração do mercado de trabalho brasileiro é a taxa de desocupação, que explodiu no pós-golpe. Após ter atingido os menores patamares históricos em 2013 e 2014, esta taxa atingiu dois dígitos em 2016 e nunca mais decresceu. Em 2020, havia 13,4 milhões de pessoas desocupadas. Comparado com 2014, ano com os menores níveis de desocupação (6,7 milhões de pessoas), o crescimento foi de 100%. A taxa de desemprego foi de 14,7% no primeiro trimestre de 2021, recorde da série histórica, iniciada em 2012, segundo o IBGE.

A taxa de subutilização da força de trabalho também cresceu de forma acentuada. Em 2014, estava em 15,8%, o menor patamar já registrado. Em 2020, alcançou o maior valor da série, 28,1%, um contingente de 31,2 milhões de pessoas. Vale lembrar ainda o contingente em desalento, que correspondia 1,96 milhão de pessoas em 2015, passando a crescer a partir de então, chegando a 5,5 milhões em 2020, praticamente triplicando no pós-golpe.

Essa evolução do mercado de trabalho nos últimos cinco anos

**DEPOIS DO GOLPE,
A INFORMALIDADE
NO MERCADO
DE TRABALHO
EXPLODIU,
CHEGANDO A
41% EM 2019. E
CONTINUA ALTA
EM 2021**

deixa claro contra quem foi o golpe institucional de 2016: os trabalhadores. Menos oportunidades de trabalho significam menos renda e mais pobreza; menor poder de barganha e menos direitos. As perdas para os trabalhadores foram óbvias e imensas.

Abandono da política de valorização do salário mínimo

Aumentar o valor real do salário mínimo era prioritário nos governos do PT, por seu impacto para elevação de pisos normativos e do poder de compra dos benefícios previdenciários, com efeito dinamizador da economia.

Elaborada em resposta a bandeira histórica do movimento sindical (Lei 12.382/2011 e Lei 13.152/2015), a política de valorização vigorou até 2019, produzindo 78% de aumento real neste piso salarial entre 2003 e 2016.

A partir do golpe, devido ao baixo crescimento do PIB, o crescimento real do salário mínimo desacelerou fortemente. A partir de 2020, essa tendência se intensificou, porque Bolsonaro decidiu não revalidar a lei de valorização do salário mínimo, acabando com os aumentos reais e, nos últimos dois anos, autorizando apenas a correção pela inflação.

Sem política de valorização do salário mínimo, perdem os trabalhadores e também aposentados e pensionistas, cujos rendimentos estão atrelados a esse piso. Ter apenas seu valor corrigido pela inflação, como faz o governo Bolsonaro, tira do salário mínimo seu potencial como instrumento de diminuição da pobreza e da desigualdade.

Desmonte das políticas públicas de economia solidária

Os governos Lula e Dilma foram um período em que o Estado brasileiro reconheceu a importância e implementou

mecanismos de fomento para a economia solidária. Em articulação com os movimentos sociais, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), realizados dois mapeamentos dos empreendimentos solidários no país, implantadas políticas de fomento e de assessoramento, e instituído um robusto programa de microcrédito produtivo orientado, entre outras medidas.

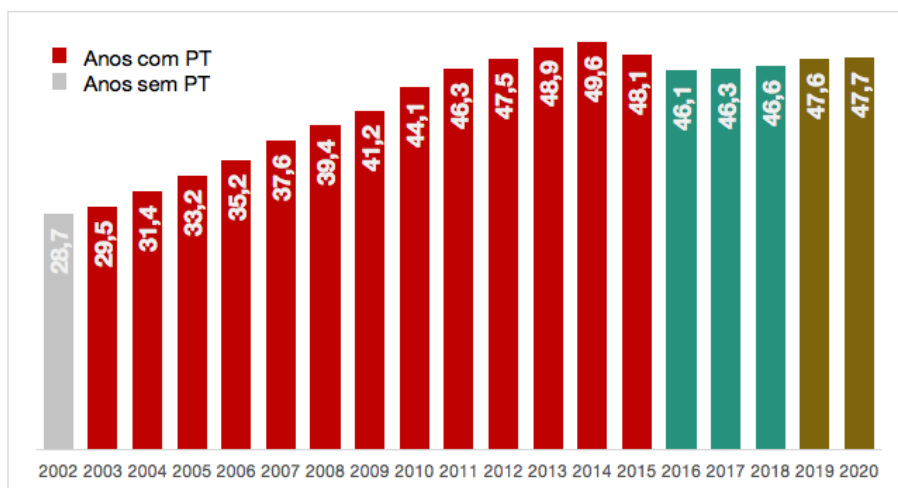
O Golpe de 2016 foi destrutivo para as políticas públicas de economia solidária. A secretaria foi extinta. Os recursos

para as políticas de fomento a empreendimentos solidários foram reduzidos a menos de 10% do que eram nos tempos do PT, fazendo com que a maioria dos programas fosse abandonada.

Até mesmo as mudanças no programa de microcrédito produtivo, aumentando o limite de renda para acesso ao crédito e dispensando a primeira visita presencial, embora pareçam facilitar, extinguem a ação orientadora, fundamental para a maioria dos empreendimentos de economia solidária. •

Evolução do emprego formal no Brasil

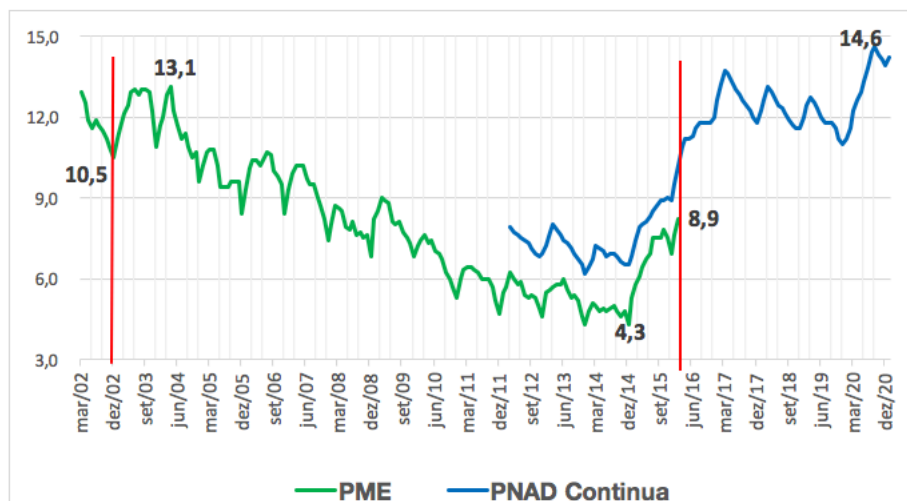
Em Milhões



Fonte: Ministério da Economia. RAIS – 2002 – 2019; RAIS-CAGED - 2020.

Evolução da taxa de desocupação no Brasil

Em porcentagem



Fonte: IBGE. PME e PNAD Contínua



A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO POLÍTICA DO ESTADO

Duas reformas trabalhistas, e a agenda liberal de Temer e Bolsonaro conseguiram um grande feito: detonar o mercado de trabalho formal, jogar os trabalhadores na lei da selva do capitalismo destrutivo e minar as organizações sindicais. Passados cinco anos, está claro que o Golpe de Estado foi contra a classe trabalhadora

Em 2017, o governo Michel Temer realizou uma mudança radical na legislação trabalhista, aprovando no Congresso Nacional a Lei 13.467, que altera totalmente o sistema de trabalho até então existente. A essência da mudança nas regras é trocar as fontes de direitos trabalhistas. A fonte prevalente deixa de ser a regulação pública universal, civilizatória, portanto, e passa a ser o “livre en-

contro” entre vendedores e compradores da força de trabalho. Foi o mais grave retrocesso nos direitos dos trabalhadores nos últimos cem anos da história do país.

Essa é a ideia síntese da reforma, de caráter liberalizante e regressiva. Ela prevê que as regras que regulam a relação capital e trabalho possam ser ajustadas via acordo individual, que poderá, inclusive, ser redutor de direitos. Há, portanto, uma clara contraposição ao sistema até então vigen-

te, no qual os acordos, mesmo os coletivos, não podem reduzir direitos definidos em lei, em face dos princípios da norma mais benéfica e da irrenunciabilidade de direitos assegurados por normas de ordem pública.

O nome “reforma” foi, mais uma vez, mal empregado. Porque ela não modernizou, como prometido. Apenas precarizou as relações trabalhistas em diversos aspectos:

- Criou a possibilidade de prevalência de acordos e convenções coletivas sobre a legislação. As regras da Constituição tornaram-se teto dos direitos do trabalho e as leis ordinárias passaram a poder ser descartadas por instrumentos de negociação direta entre trabalhadores e empresas;
- Instituiu ou regularizou diversas modalidades de contratos precários - legalizou o contrato de trabalho intermitente, ampliou os limites de contrato em tempo parcial, liberou o uso de contrato de trabalho “autônomo exclusivo”, sem reconhecimento de vínculo;
- Incentivou a chamada “pejotização” do trabalho, com o trabalhador contratado como empresa, com menos direitos;
- Permitiu a terceirização de qualquer atividade das empresas, de forma ilimitada no setor privado e no serviço público (Lei 13.429/2017);
- Facilitou o desligamento por meio de diversos mecanismos - retira a obrigatoriedade de que as rescisões contratuais de empregados com mais de um ano na empresa tenham, como condição de validade, a assistência sindical; estabelece a rescisão de “comum acordo”, com corte de 50% no aviso prévio, sem direito a seguro desemprego; facilita a dispensa imotivada; etc;
- Promoveu alterações nas re-

gras sobre jornada de trabalho - regulamenta a jornada 12/36 horas; elimina a remuneração dos períodos de deslocamento dentro da empresa ou para empresas de difícil acesso; permite a extrapolação do limite de 10 horas diárias; prevê possibilidade de acordos individuais para bancos de horas e para teletrabalho, etc.

Essa foi uma reforma contra as trabalhadoras e os trabalhadores, e que também resultou na

AS “REFORMAS” TRABALHISTAS DE TEMER E BOLSONARO NÃO MODERNIZARAM AS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL E TRABALHO. HOVE UM RETROCESSO

fragilização da organização sindical no país. Afinal, dentre as medidas aprovadas, estão o fim da contribuição sindical obrigatória e a imposição de obstáculos e dificuldades para a cobrança de outras formas de financiamento; a eleição de representantes de trabalhadores sem o acompanhamento dos sindicatos; e a negociação de acordos e o encerramento de contratos sem qualquer participação sindical. Ademais, a ampliação da terceirização para todas as atividades

também tende a fragmentar as organizações sindicais.

Inegável que Temer pagou a conta do apoio ao golpe com menos custos e obrigações para as empresas e menos direitos para os trabalhadores e trabalhadoras. Mas este foi apenas o preâmbulo para outra reforma, desencadeada por Bolsonaro, que também cravou sua faca nas costas da classe trabalhadora.

O mandato de Bolsonaro começou com a extinção do Ministério do Trabalho, transformado em mera secretaria do Ministério da Economia. Medida coerente com a linha a ser adotada em seu governo, de continuamente buscar reduzir o custo da mão-de-obra e aumentar o poder das empresas sobre a gestão do trabalho.

Exemplar desta abordagem, a chamada Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) foi tão modificada em sua tramitação que, ao final virou uma minireforma trabalhista, com regras extremamente prejudiciais para os trabalhadores.

A nova lei ampliou para todos os setores de atividade a regra que autoriza o trabalho aos domingos, com a folga em dias úteis. Também autorizou a empresa a escalar o trabalhador nos finais de semana durante todo mês, com apenas uma folga de 24 horas em um domingo a cada quatro semanas. O pagamento em dobro do domingo trabalhado foi, na prática, extinto. Isto porque o trabalhador ganhará em dobro as horas trabalhadas no domingo apenas se o empregador não der a folga durante a semana.

A lei criou o chamado “ponto por exceção”, modalidade em que o trabalhador não precisará registrar o ponto todos os dias. O registro só ocorrerá quando trabalhar além da sua jornada normal, ou em dias fora de sua

escala, para fins de recebimento de suas horas extras. Como esta anotação de exceção deverá ser autorizada pelo empregador, o trabalhador estará sobre pressão direta para não fazê-lo. Esse sistema também priva a fiscalização do trabalho de instrumento importante para verificar os excessos de jornada. Abre, também, a possibilidade de pagamento “por fora” de parte da remuneração, em prejuízo tanto ao empregado, quanto aos fundos públicos, como o FGTS, à Previdência Social e à Receita Federal.

Ademais, ao sancionar a lei, Bolsonaro manteve o artigo que impede que os bens do empregador sejam usados para pagar dívidas da firma, trabalhistas ou fiscais. Ou seja, o próprio governo poderá ser afetado se a empresa fechar e não pagar seus impostos, porque a lei irá dificultar a cobrança dos tributos por parte da Receita Federal.

A MP da Carteira Verde Amarela

Nessa mesma linha de medida restritiva dos direitos da classe trabalhadora, Bolsonaro editou a Medida Provisória 905/2019, conhecida como MP do Contrato Verde e Amarelo. Eivada de inconstitucionalidades formais e materiais, essa MP tinha vários objetivos, todos de caráter precarizante para as relações do trabalho.

Primeiro, instituiu nova modalidade contratual, denominada “contrato verde e amarelo”, com direitos reduzidos. Além disso, alterou regras sobre a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e sobre concessão de vale-alimentação. E impôs novas regras de trabalho aos domingos, de descanso semanal remunerado e de jornada no setor bancário. Por fim, mudou mecanismos de fiscalização exercido pelos órgãos estatais.

Embora a MP tenha sido revo-

gada, as medidas propostas persistem no horizonte do governo Bolsonaro, à espera de uma situação política favorável à sua reapresentação e aprovação.

Mesmo ao adotar medidas para atenuar o impacto da pandemia sobre o emprego e a renda, o governo Bolsonaro honrou sua linha de secundarizar os direitos da classe trabalhadora.

As medidas provisórias 927 e 936, editadas para regular o trabalho durante a pandemia e para reduzir jornada e suspender

A OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES FOI A MAIS BRUTAL NOS ÚLTIMOS CEM ANOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

contratos de trabalho, alijaram a presença e atuação sindical e as negociações coletivas como locus promotor de soluções.

Essas MPs asseguraram superpoderes para os empregadores dispostos a dispor do tempo, da remuneração e da forma da vida de seus empregados, em típica autorização estatal a práticas de expropriação da força de trabalho. A mesma diretriz permeia as medidas provisórias 1.045 e 1.046, editadas em abril de 2021, para renovar medidas de enfrenta-

mento à pandemia contidas nas medidas 927 e 936.

Vale também destacar a Emenda Constitucional 109, de 2021, aprovada com celeridade sob o falso argumento de ser necessária para a retomada do pagamento do auxílio emergencial. Com ela, foram impostas regras restritivas aos governos, proibindo contratações e aumento de remuneração quando as despesas públicas chegarem a 95%.

Aproveitando a urgência associada à pandemia, o governo Bolsonaro cobrou elevado preço dos servidores públicos, os quais ainda poderão ser mais penalizados caso a Proposta de Emenda Constitucional 32, da reforma administrativa, avance.

O esvaziamento do Codefat

Criado em 1990, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) é encarregado da gestão do fundo responsável pelo pagamento do seguro desemprego, abono salarial e pelo financiamento de políticas de trabalho e renda. Por sua composição paritária e tripartite, enquadra-se no modelo preconizado pela Organização Internacional do Trabalho para gestão democrática de políticas de trabalho e renda.

Em 2019, essa instância foi esvaziada, perdendo duas de suas principais funções: elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos; e acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas (Resolução nº 839).

Ademais, o Conselho não terá mais atribuições de acompanhar o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico, o que reduz a participação de empregados e empregadores nas decisões referentes ao uso dos recursos do FAT. •



Fotos: Arquivo



A COMIDA VAI FICAR MAIS CARA. E O POVO CONTINUA COM FOME

O alerta vem do campo e é ignorado pelo governo, que apesar do anúncio de um plano safra gordo e robusto, ignora a produção de alimentos da dieta básica do brasileiro, confinada em guetos agrícolas. É que a oferta é menor do que a demanda, apesar de o Brasil ser o “celeiro do mundo”

Por Isaías Dalle

A animação com que a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, anunciou, na terça-feira, 22, o Plano Safra para o biênio 2021/2022 aponta tendências potencialmente assustadoras para o futuro da alimentação dos brasileiros. Entusiasta da produção para o mercado externo, ela trombeteou que até o final do ano que vem o país atingirá a marca de 300

milhões de toneladas de grãos produzidos. Nenhuma menção a programas voltados para a produção de comida para a população. Recursos de R\$ 251,2 bilhões com taxas de juros variando entre 3% a 8,5%.

Semelhante ao menosprezo demonstrado pelo governo federal a vacinas e ao uso de máscaras contra a pandemia, a realidade sonhada pela ministra não considera que, com o objetivo anunciado, subirá para 92% o percentual da colheita em áreas de lavoura

temporária destinado à produção de grãos e outros produtos primários - atualmente a cifra encontra-se em 90%.

A produção do arroz e feijão e outros alimentos essenciais para a dieta popular vai sendo cada vez mais perigosamente confinada a guetos agrícolas. Tal concentração está profundamente associada à inflação dos alimentos que ocorre atualmente no Brasil. Não se trata apenas de reflexos de uma alta de preços internacional, como à primeira vista possa parecer.

“Há fatores conjunturais que interferem no preço da comida, tais como safra, sazonalidade ou especulação, especulação que se dá sempre em momentos de escassez”, explica o engenheiro agrônomo Gerson Teixeira, integrante do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas Agrícola e Agrário (Napp), da Fundação Perseu Abramo.

“No Brasil a questão se explica por fatores estruturais. Os preços mais impactantes têm origem no manejo desastroso que o governo tem dado à produção de alimentos, com prioridade absurda ao agronegócio exportador”, completa.

A tendência não é nova, mas vem se acentuando. O Brasil se destaca na venda expressiva de sua produção para o mercado externo, como aponta o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Enquanto a maioria dos países dedica, por exemplo, 15% de sua produção de carne bovina para exportação, o Brasil destina 34% para o mesmo fim. Os casos da soja e do milho são ainda mais agudos. O Brasil dedica 55,8% de sua produção para o mercado externo. O resto do mundo, 15,8%. A soja, 183%. Enquanto os EUA, 74%; e o mundo, 45%.

Essa lógica anda associada à redução da área para plantio de alimentos vocacionados à sobrevivência humana e ao consumo interno. Segundo Teixeira, hoje o feijão ocupa apenas 3,4% da área colhida de lavoura temporária. O arroz, apenas 2%.

Em 1995, ano já marcado pela tendência de privilegiar o agronegócio exportador, esses índices eram de 11,1% e 9,7%, respectivamente. A soja, em caminho inverso, saltou de 2% para 48% no período.

Dessa combinação surge o problema da oferta menor que a demanda, que pressiona os preços. Se, de fato, há uma inflação

internacional dos alimentos – a FAO, agência da ONU para alimentação e agricultura, anuncia elevação em torno de 40% nos últimos 12 meses ao redor do mundo –, a do Brasil é um caso à parte. O óleo de soja atingiu 87% de inflação em maio, na comparação com os 12 meses anteriores. E o feijão, 58% no mesmo período.

Este quadro não afeta apenas o cardápio do dia-a-dia do brasileiro, mas prenuncia um grave problema social e político que surgirá caso o assunto não passe

O BRASIL VENDE BOA PARTE DE SUA PRODUÇÃO AO MERCADO EXTERNO, MAS REDUZ ÁREA PARA PLANTIO DE ALIMENTOS PARA CONSUMO INTERNO

a obedecer a uma nova receita. “Vivemos uma crise latente do apagão de comida”, prevê Teixeira, que também é assessor da bancada do PT na Câmara Federal. “Quando as pessoas voltarem a ter uma recuperação de renda, não vai haver comida para elas”, adverte.

Uma amostra disso ocorreu no ano passado, quando o auxílio emergencial, ainda que de baixo valor, levou a população a procurar as gôndolas de alimento nos pontos de venda. “A inflação su-

biu”, lembra Teixeira.

A evolução dos preços de comida medida pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, feita mensalmente pelo Dieese nas capitais brasileiras, mostra que a alta se seguiu à concessão do benefício. A partir de abril de 2020, na cidade de São Paulo, a cesta básica rompeu a barreira dos R\$ 500 e seguiu em progressão até atingir R\$ 636,40 no último mês de maio.

A mudança no comando político do país exigirá, na opinião de Teixeira, a adoção de um programa de emergência para utilizar os 88 milhões de hectares de assentamentos da reforma agrária existentes na produção de alimentos em quantidade suficiente e em tempo hábil para atender o desejado crescimento do consumo.

Para tanto, será preciso reverter políticas que foram simplesmente abolidas, como a assistência técnica aos assentados e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). E deter o avanço voraz do agronegócio sobre as terras que ainda não lhes pertence – a exemplo das reservas indígenas e dos assentamentos de reforma agrária.

Desde 2017, uma mudança na legislação, possível graças à hegemonia da bancada ruralista, torna possível a venda das propriedades 15 anos após o assentamento, retirando dessas porções de chão o caráter público que era preservado pela chamada Concessão de Direito Real de Uso, instrumento jurídico que garante ao assentado e seus herdeiros o acesso da terra, mas não sua venda.

Sem apoio, sem inserção na cadeia de venda e distribuição e nem acesso a crédito, o assentado venderá sua terra a grandes conglomerados. Assim os latifundiários pretendem desfazer etapas da reforma agrária percorridas até aqui. Sutil. Mas implacável. •



Desde janeiro de 2019, o governo Bolsonaro e seus aliados no Congresso Nacional vêm desmontando a política indigenista e atacando a Constituição, ameaçando direitos consagrados

Por Márcio Meira *

Os governos do Brasil de 1988 até 2014, mesmo derivados de diferentes espectros políticos, mantiveram o respeito aos direitos aos povos indígenas. Esses direitos foram fruto de muitas lutas, dos indígenas e da grande maioria da sociedade brasileira durante a Assembleia Constituinte de 1987.

A nossa Carta conta com um capítulo próprio, com os artigos 231 e 232, para disciplinar a matéria indigenista. O caput do artigo 231 reconhece aos indígenas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, conforme seus usos, costumes e tradições, e determina que a União promova a sua demarcação e proteção dos seus bens.

A demarcação serve para explicitar os limites da terra e não se configura como fonte constitutiva de direito. O direito originário consagra a fonte primária da posse territorial, não havendo, portanto, quaisquer títulos anteriores a ele. Independentemente do processo demarcatório, as terras tradicionalmente ocupadas já são consideradas indígenas.

Em relação ao direito de propriedade, ficou estabelecido que as terras indígenas são bens da União. Portanto, os direitos indígenas sobre suas terras estão relacionados à posse permanente e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais.

Quanto à Lei 6001, o Estatuto do Índio de 1973, apesar de alguns de seus dispositivos não

terem sido recepcionados pela Constituição de 1988, os relativos aos direitos territoriais estão em pleno vigor.

Desde janeiro de 2019, porém, o governo Bolsonaro e seus aliados no Congresso vêm desmontando a política indigenista e atacando a Constituição, ameaçando as vidas indígenas. Na verdade, esses setores minoritários, agrupados agora em torno do bolsonarismo, nunca aceitaram os termos pactuados na Constituição de 1988.

Por isso, a aposta deste governo genocida é a destruição do conjunto de políticas públicas voltadas a esses povos, com ênfase no combate às demarcações de seus territórios tradicionalmente ocupados.

É disso que se trata a decisão da CCJ da Câmara dos Deputa-

dos de 23 de junho, de encaminhar a aprovação do Projeto de Lei 490/2007, uma proposta de 14 anos atrás, ressuscitado agora para destruir as bases de proteção jurídica dos povos indígenas. Faz parte, portanto, de um processo articulado há anos por grupos políticos e econômicos, como setores militares, certos missionários fundamentalistas, mineradores, garimpeiros, madeireiros e grileiros, os mesmos que se viram derrotados na Constituinte.

Em resumo, o projeto propõe modificar a Lei 6001/73 em pontos que atentam diretamente contra os princípios fundamentais da Constituição, como já vem sendo denunciado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, mobilizada permanentemente em Brasília e reprimida pela polícia no último dia 22 de junho, com o beneplácito do deputado Artur Lira (PP-AL), presidente da Câmara.

Este projeto estabelece uma série de entraves às demarcações. O principal é a possibilidade de apresentação de contestações, por vários atores, em todas as fases do complexo e demorado procedimento demarcatório. Hoje, o direito ao contraditório pode ser feito por qualquer pessoa, no período de 90 dias após a publicação do relatório de identificação elaborado pela Funai e encaminhado ao Ministério da Justiça.

Além disso, fortalece a tese do “marco temporal”, uma interpretação que, na direção oposta ao fundamento da “tradicionalidade”, aplicado pela tradição jurídica brasileira e consagrado em 1988, restringe o direito territorial somente para as comunidades que estivessem de posse da terra em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Este tema, aliás, está na pauta do STF neste momento.

O projeto suprime de forma irresponsável e criminosa o direito de consulta livre, prévia e infor-

mada às comunidades atingidas por grandes empreendimentos, um direito garantido pela Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Atenta também ainda contra a política de “não contato” com os povos indígenas em isolamento voluntário, extremamente vulneráveis a contatos imprevistos e conflitos, inclusive por razões sanitárias. O Brasil tem sido referência mundial nessa política, iniciada pela Funai em 1987.

Essa iniciativa do PL 490/2007

O PROJETO DE LEI 490/2007 ENTRA PARA A HISTÓRIA COMO UM DOS MAIORES ATAQUES AOS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL, APÓS A CONSTITUIÇÃO

entra para a história como um dos maiores ataques aos direitos indígenas no Brasil, após a redemocratização do país em 1988.

Mas não se trata apenas de um ataque no âmbito legislativo. Os aliados de Jair Bolsonaro e Artur Lira que atropelam os direitos indígenas no Congresso, têm conexões diretas com os segmentos que nos rincões mais distantes da Amazônia estão invadindo deliberadamente os territórios indígenas, com armas e munições pesadas, como nos casos recentes

nas Terras Indígenas Munduruku e Yanomami.

Desde os primeiros meses de 2019, revivemos o contexto de aumento acentuado do desmatamento na Amazônia, que chegou a mais de 9 mil km² em 2019, refletindo uma alta de 100% em cinco anos. Essa foi a maior devastação no bioma Amazônia registrada desde 2015. O ano de 2021 promete bater mais uma vez esse recorde, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para o primeiro semestre.

Os invasores procuram criar o fato consumado, ocupando e destruindo os territórios, inclusive de forma desumana diante da situação de agravamento da vulnerabilidade dessas populações pela pandemia da Covid-19. Esta foi a motivação de uma das ações de denúncia de genocídio perante o Tribunal Internacional de Haia, feita em junho de 2020, contra o governo Bolsonaro, que tem estimulado esse tipo de ações criminosas.

Essa turma de bandidos ancorada no governo federal desde 2019, como se viu no caso do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, é movida pela roubalheira, o ressentimento e um espírito vingativo contra os princípios do pacto democrático assentado pela Constituição de 1988.

Eles sempre atuaram para colocar as garras, mesmo que ilegalmente, nos recursos naturais existentes nas últimas áreas de floresta preservada no Brasil: as unidades de conservação e as terras indígenas, que representam 23% da Amazônia Legal.

É disso que se trata, sem meias palavras. É a boiada que está passando diante de nossos olhos, e é preciso sustá-la imediatamente, antes que seja tarde demais. •

* Antropólogo do Museu Goeldi, é ex-presidente da Funai.

PAREM DE NOS MATAR!



A impunidade e a falta de investimento em políticas públicas como a de acolhimento a mulheres vítimas de violência, por exemplo, são fatores para o aumento dos feminicídios. Em 2020, a cada dia, cinco mulheres morreram vítimas de feminicídio

Por Adriana Accorsi

Luana Dias da Silva, de 32 anos, estava na sala da casa dela em Inhumas, Goiás, na noite de 20 de junho, quando o ex-namorado invadiu o local e a matou a tiros. Ele fugiu a cavalo e foi preso logo depois. Disse não aceitava o fim do relacionamento. Um empresário de Santa Catarina veio para Goiânia e, na madrugada do dia 21, invadiu o apartamento da jornalista e apresentadora da TV Record Goiás, Silvye Alves, a agrediu com chutes, murros e tapas na frente do filho de 11 anos. Ela teve o rosto desfigurado. Ele fugiu para o aeroporto, onde foi preso horas mais tarde. Tentava comprar passagem para ir embora. Não aceitava o fim do relacionamento.

Que argumento é este? Ninguém é dono de ninguém. Lutamos para que entendam isso e parem de nos matar. No caso da jornalista Silvye Alves, mesmo tendo elementos para uma prisão preventiva, a Justiça optou por libertar o agressor depois do pagamento de fiança. Essa impunidade faz com que o Brasil ainda tenha índices alarmantes de feminicídio.

A legislação brasileira de proteção à mulher é uma das melhores do mundo, desde que entraram em vigor a Lei Maria da Penha em 2006, a Lei do Feminicídio em 2015 e a Lei da Importunação Sexual em 2018. Este ano, comemoramos o fato do STF declarar inconstitucional a tese de legítima defesa da honra, um argumento que era usado por criminosos para conseguir a absolvição em casos de feminicídios. Apesar disso, no

governo Bolsonaro, apenas 5,4% da verba para proteção a mulheres e direitos humanos foi utilizado. O resultado foi um aumento da violência doméstica durante a pandemia, atingindo 17 milhões de brasileiras.

A impunidade e a falta de investimento em políticas públicas

**COM BOLSONARO,
APENAS 5,4%
DA VERBA PARA
PROTEÇÃO A
MULHERES FOI
USADA: SÃO
17 MILHÕES
DE VÍTIMAS DA
VIOLÊNCIA**

como a de acolhimento a mulheres vítimas de violência, por exemplo, são fatores para o aumento dos feminicídios. Em 2020, a cada dia, cinco mulheres morreram vítimas de feminicídio. O aumento dos casos em 2020 foi de 2% em relação a 2019. Em Goiás, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública, houve aumento de 20% entre janeiro e setembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Durante a pandemia as mulheres sofreram ainda mais.

Luto como mulher, filha,

mãe, companheira, delegada e deputada estadual pelo fim da violência contra a mulher. Uma de minhas principais lutas na Assembleia Legislativa é na apresentação de matérias neste sentido. São de minha autoria a proposta de facilitar que servidoras públicas vítimas de violência doméstica e familiar possam ser removidas a pedido, para que consigam se afastar do agressor.

Também propus a criação do Programa Estadual CNH Social para mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e medidas protetivas. E para permitir o registro da ocorrência de violência doméstica e familiar pela internet ou por telefone de emergência. Além da concessão de auxílio-aluguel às vítimas de violência doméstica e de prioridade de encaminhamento de mulheres nesta situação às vagas de emprego e de cursos profissionalizantes. Já é lei o projeto de minha autoria que destina 5% das vagas de emprego em empresas que prestam serviço a órgãos estaduais em Goiás.

É preciso fortalecer as estruturas de combate à violência contra as mulheres e meninas, como as delegacias da mulher, abrigos, centros de referência e transformar a cultura machista que motiva a violência. É preciso acolher, dar segurança para mulheres e meninas viverem em paz.

Temos de combater a impunidade, mas acima de tudo é necessário que os homens sejam educados a respeitar as mulheres em todos os aspectos. Chega de violência. Exigimos respeito. Queremos viver. Parem de nos matar! •

Deputada estadual pelo PT de Goiás, é delegada da Polícia Civil.



Arquivo

A VITÓRIA NÃO VIRÁ SEM LUTA

As entidades e movimentos sociais LGBTI do Brasil têm o que comemorar no mês do orgulho? Nunca foi tão urgente e necessário experimentarmos novamente a lição de Stonewall, que foi capaz de resgatar o espírito mobilizador e transformador das pessoas, numa aglutinação provocadora de mudanças estruturais na sociedade

Por Azilton Ferreira Viana

Nos dias atuais constata-se ações e atividades governamentais voltadas para o silenciamento das entidades e organizações LGBTI atuantes no Brasil. Esse processo teve início em 2016, com o golpe parlamentar e midiático, promovido pelas elites, com apoio do setor econômico, no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

O resgate histórico é necessário pois esse mecanismo de controle e vigilância pelo governo federal tornou-se contínuo e alcançou diversos estratos da sociedade, principalmente os mo-

vimentos sociais organizados.

Um exemplo dessa afirmação foi a publicação do Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que anunciou a extinção de dezenas de órgãos de participação e controle social no âmbito da administração pública federal, dentre eles o CNCD/LGBT, estabelecendo o prazo de até 28 de junho de 2019 para que os colegiados extintos fossem recriados pelo próprio governo.

À primeira vista pode parecer uma simples reorganização da estrutura governamental em favor de melhoria e eficiência. Contudo, essa não é a verdade. Apesar da edição de novo Decreto sob o número 9.883, a representatividade de entidades

e organizações foi diminuída, aproximando-se da inexistência pela quantidade simbólica das entidades da sociedade civil e ainda pela determinação que os órgãos governamentais pudessem decidir sobre questões polêmicas.

No manifesto de diversas entidades que atuam em favor das pessoas LGBTI, uma denúncia foi realizada em relação ao novo decreto, pois “não menciona explicitamente o combate da violência e da discriminação motivada por intolerância à orientação sexual e à identidade de gênero, nem a população LGBT, passando a ser um conselho voltado a ‘minorias étnicas e sociais’ e a ‘vítimas de violência por discriminação’”.

minação', fazendo com que não haja mais, em âmbito federal, nenhum órgão de participação e controle social voltado à defesa e promoção dos direitos da população LGBT+”.

Isto é, o único conselho de controle social para acompanhamento das políticas públicas voltadas para a população LGBTI, deixa de existir na prática.

Essa constatação permite compreender o processo de institucionalização de uma política voltada para o cerceamento das entidades LGBTI no intuito de extinguir o controle social que essas entidades vinham realizando.

Sem um conselho de representação social, as entidades, movimentos, redes e organizações passaram a ter dificuldades no acesso às políticas públicas e, ao mesmo tempo, perderam o canal de diálogo com o governo federal.

Além dessa ação institucional, ministros do governo e o próprio presidente Jair Bolsonaro manifestam publicamente em redes sociais e nos meios de comunicação seus posicionamentos machistas, preconceituosos, contrários às necessidades das pessoas LGBTI.

Percebe-se a intenção clara de não permitir que esses sujeitos sociais possam se expressar. Suas vozes devem ser silenciadas, seu protagonismo apagado para constituir uma pseudo harmonia e criar uma falsa percepção em relação aos problemas e desafios a serem enfrentados.

Soma-se a essa situação um mecanismo de opressão muito sutil e, ao mesmo tempo, mais efetivo adotado no período de pandemia: a disputa de narrativa.

Sob a égide da pandemia, narrativas oficiais foram elaboradas a partir de mentiras, desinformação, dados incompletos ou inconclusos na forma de notícias falsas/mentirosas ou como são mais conhecidas “fake news”.

Se de um lado, constata-se a escolha institucional da gestão federal em silenciar toda e qualquer possibilidade de discordância ou crítica ao governo, de outro, o parlamento brasileiro segue na defesa intransigente e cega da pauta de costumes com ênfase numa moral conservadora e excludente.

Os pontos aqui apresentados tornaram-se cenário propício para que a proteção social experimentada nas diversas áreas como saúde, educação, segurança pública, moradia, emprego e renda, acesso aos serviços

TEREMOS CORAGEM E OUSADIA PARA VENCERMOS A BARBÁRIE OU SEREMOS ARRASTADOS PARA UM PERÍODO MAIS CRUEL?

públicos fossem enfraquecidas e, como consequência, abriram espaço para a consolidação da violência institucional e política como ferramenta governamental de repressão e intimidação.

Diante de um cenário tão assustador e opressor é possível falar de orgulho?

A resposta a essa pergunta pode ser dada por meio do evento que marcou o surgimento da organização de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em todo o mundo: o levante de Stonewall.

Em diferentes períodos históricos, quando o caos parecia dominar a realidade, a força de resistência e a esperança da vitória aparecem de situações extremas.

Assim aconteceu em 28 de junho de 1969, quando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais enfrentaram e lutaram com a polícia na defesa do direito de existir.

A lição de esperança, de resistência e de luta foi preservada e deve servir de farol a indicar o caminho para vencermos esse período sombrio em que vivemos no Brasil.

O desafio diante de nós se refere a seguinte questão: teremos coragem e ousadia para vencermos a barbárie ou seremos arrastados para um período mais cruel e irracional?

A exigência para uma vitória civilizatória reside justamente nas vivências de cada um. Essa é a mola propulsora para transformarmos nossa indignação e inconformismo em força de ação em favor da coletividade.

A vitória não acontecerá sem nosso esforço. Nunca foi tão urgente e necessário experimentarmos novamente a lição de Stonewall, que foi capaz de resgatar o espírito mobilizador e transformador das pessoas, numa aglutinação provocadora de mudanças estruturais na sociedade.

Ocupar as ruas mais que um direito é um dever para honrar a luta das lutadoras e lutadores que nos antecederam.

Contra a barbárie e o fascismo do século 21 a força popular é a resposta.

Que o Levante de Stonewall nos inspire a reconquistar a democracia em todo o mundo e, em especial, aqui no Brasil. •

* Ativista, formado em filosofia pela PUC de Minas, é mestre em ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG e compõe o Conselho Deliberativo da Fundação Perseu Abramo.



50 ANOS DE AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA

Meio século depois de nascer como radiografia da região, a obra de Eduardo Galeano continua atual e marca o sonho da construção de uma grande Pátria Livre no continente

Por Alberto Cantalice

O antológico trabalho do pensador e militante político uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015) faz 50 anos. Publicado originalmente em 1971, em Montevideu, pela editora Siglo XXI, o livro *As Veias Abertas da América Latina* faz uma radiografia da região desde o descobrimento e colonização europeia até o início da década de 1970. Pontifica ao longo das mais de 360 páginas o caráter colonial ainda presente na nossa América, agora sob a hegemonia política, cultural e militar por parte dos Estados Unidos.

Na obra, vê-se com exatidão cirúrgica o verdadeiro massacre dos povos indígenas, sua escravização e posterior apagamento. *“Em 1492, os nativos descobriram que eram índios, descobriram que viviam na América, descobriram que estavam nus, descobriram que existia o pecado, descobriram que deviam obediência a um Rei e uma Rainha de outro mundo e a um deus de outro céu, e que esse deus havia inventado a culpa e a vestimenta e havia mandado queimar vivo quem adorava ao sol e a lua e a terra que a chuva*

molha”, pontua Galeano.

Na visão do escritor, a exploração das riquezas naturais e o escravismo sempre estiveram na base do pensamento do usurpador, travestido de colonizador e civilizador que ocuparam o território de forma vil. Panorama que ainda permanece em grandes partes da “nuestra América”.

Inclusive no Brasil, que é retratado pelo escritor como uma colônia de exploração pelos portugueses e que depois se converteria em área de influência da Inglaterra e posteriormente dos EUA. “A experiência do ouro perdido em Minas Gerais – ‘ouro branco, ouro negro, ouro podre’ escreveu o poeta Manuel Bandeira –, como se sabe, não serviu para nada: o Brasil continua se desfazendo gratuitamente de suas fontes naturais de desenvolvimento”.

Observador atento da realidade latino-americana, principalmente por sua formação no jornalismo investigativo, Galeano era conhecedor profundo do histórico de golpes militares e afins. Em 1973, com o golpe militar no Uruguai, ele foi preso e ameaçado de morte, partindo em seguida para o exílio na Espanha.

No quadragésimo aniversário de lançamento do livro, o escritor

lamentava o praticamente imutável cenário na região. “Em todo o mundo, experiências de partidos políticos de esquerda no poder às vezes deram certo, às vezes não, mas muitas vezes foram demolidas como castigo por estarem certas, o que deu margem a golpes de Estado, ditaduras militares e períodos prolongados de terror, com sacrifícios e crimes horrorosos cometidos em nome da paz e do progresso”.

O livro foi publicado em língua portuguesa pela primeira vez em 1978, em pleno regime militar. Foi um sucesso imediato nos círculos da esquerda e nos resistentes à ditadura, chegando a vender por ano uma média de 5 mil exemplares.

Obra imprescindível para todos que queiram conhecer as entranhas da colonização, *As Veias Abertas da América Latina* continua atual. Ainda mais nesse momento de ofensiva neoliberal e das novas formas de guerra de dominação imperialista: híbridas e de bloqueio e garroteamento econômico.

A despeito das mudanças ocorridas, a obra continua um referencial para aqueles que não aderem ao viralatismo e continuam na luta pela verdadeira emancipação da América Latina. •



26 de junho de 1968

PASSEATA DOS CEM MIL AFRONTA A DITADURA

Na manhã do dia 26, estudantes, artistas, religiosos e intelectuais se concentram nas ruas do centro do Rio de Janeiro. Às 14h,

iniciam uma passeata com cerca de 50 mil pessoas. Uma hora depois esse número já havia dobrado e os manifestantes ocupam toda a avenida Rio Branco. O ato, que ficaria conhecido como a Passeata dos Cem Mil, foi a maior manifestação de protesto desde o golpe de 1964. Os manifestantes

caminharam pelas ruas do centro do Rio, gritando slogans como "Abaixo a ditadura", "O povo organizado derruba a ditadura", "Só povo armado derruba a ditadura", "Libertem nossos presos" e "Abaixo o MEC-Usaid". A passeata marcou o ápice da reação da sociedade contra o regime.

29 de junho de 1958

A TAÇA DO MUNDO, ENFIM, É NOSSA!

Com dois gols de Pelé, dois de Vavá e um de Zagallo, a Seleção Brasileira, dirigida por Vicente Feola, goleia a Suécia no estádio Rasunda, em Solna, e fica com a Taça Jules Rimet pela primeira vez. Jogadores se abraçam e choram ao fim da partida, e Bellini levanta o troféu, entregue pelo Rei Gustavo 6º. 1958 foi o ano em que afinal superamos nosso "complexo de vira-latas". O termo foi cunhado por Nélson Rodrigues.

1º de julho de 1962

UNIVERSITÁRIOS PARAM EM TODO O PAÍS

A União Nacional dos Estudantes decreta a "greve do um terço", a primeira grande mobilização estudantil de caráter nacional. A greve duraria três meses, atingiria as 40 universidades brasileiras e teria ampla repercussão. Os universitários não conseguiriam obter êxito em suas reivindicações: o direito a um terço da representação nos órgãos das instituições universitárias e o assento nos conselhos que as supervisionavam.

23 de junho de 1996

CHEGA O "PASQUIM" PARA FAZER RIR E PENSAR

É lançado "O Pasquim", que se tornaria um dos mais duradouros e populares jornais alternativos do país, chegando a vender 200 mil exemplares por semana. Idealizado pelo cartunista Jaguar para ser um jornal do bairro carioca de Ipanema, mais voltado para o humor comportamental, o semanário foi abordando cada vez mais os temas políticos - mas sem perder jamais a característica de jornal de sátira e humor.



21 de junho de 2004

SP FAZ SUA PRIMEIRA PARADA DO ORGULHO GAY

Inspirada nas “gay pride parades” realizadas desde 1969 nos Estados Unidos, a primeira Parada do Orgulho Gay reúne em São Paulo cerca de 2 mil pessoas que protestam contra a discriminação e a violência sofridas por gays, lésbicas e travestis. O tema central da manifestação – “Somos muitos, estamos em várias profissões” – procura dar visibilidade ao público GLT (gays, lésbicas e travestis) e sensibilizar a sociedade para o convívio respeitoso com as diferenças, pressionando o Estado a garantir os direitos da comunidade homossexual. Organizações como o Grupo Gay da Bahia e o Grupo Atobá apontavam um número crescente de crimes contra a comunidade GLT. Na década de 1990, foram registrados 1.256 casos de assassinatos por homofobia.

30 de junho de 1987

PASSAGEM AUMENTA E O RIO SE REVOLTA

A população do Rio de Janeiro é surpreendida pela elevação de 49% no preço das passagens de ônibus. A tarifa da maioria das linhas passa de 4,80 cruzados para 7,20 cruzados. As viagens mais longas aumentam de 9,50 cruzados para 14,20 cruzados. O reajuste ocorria em plena vigência do Plano Bresser, lançado no dia 12 do mesmo mês, que estabele-

cia o congelamento de todos os preços por um período mínimo de 90 dias. O aumento fora autorizado pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, Ivaldo Correa de Souza, sem contestação pelo governo federal. Os cariocas, que gastavam em média 30% de seus ganhos com transporte público, se revoltaram. Manifestantes incendiaram 60 ônibus e quebraram vidraças e carrocerias de outros cem. Mais de 50 pessoas ficaram feridas. Diante da intensidade dos protestos, o juiz revogou a autorização.

1º de julho de 2004

STF AUTORIZA ABORTO DE FETO ANENCÉFALO

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, concede liminar que permite a gestantes interromperem a gravidez de feto anencéfalo, desde que haja laudo médico atestando a deformidade. O magistrado fundamenta sua decisão no direito à saúde, no direito à liberdade, no direito à preservação da autonomia da vontade, da legalidade e, acima de tudo, na dignidade da pessoa humana e afirma que a manutenção de uma gestação infrutífera coisifica a mulher.

30 de junho de 2005

ENCONTRO DEBATE IGUALDADE RACIAL

Com a participação do presidente Lula, dos ministros da Saúde, das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho e Emprego, realiza-se em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Reunindo cidadãos de diversos grupos etnoraciais de todo o país, o encontro busca discutir e deliberar os rumos das políticas públicas de promoção da igualdade racial no país. A conferência se situou no âmbito da expansão da participação social e da realização de conferências em diversas áreas de políticas públicas, assim como a Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e a Conferência Nacional de Juventude.

OS 80 ANOS DE MARCO AURÉLIO GARCIA



Orlando Brito

Por Alberto Cantalice

Nascido nos idos de 1941 na cidade de Porto Alegre, Marco Aurélio Garcia, carinhosamente chamado por amigos e companheiros de MAG, foi sem dúvidas ao longo de sua trajetória um dos principais teóricos e formuladores do Partido dos Trabalhadores.

Deve-se a Marco Aurélio, e também a outros, o “aggiornamento” operado no partido em seu 5º Encontro Nacional realizado em 1987, em Brasília, onde o PT começa a sair da lógica exclusivista e passa a operar uma política de unidade com outras forças políticas que culminou na construção da Frente Brasil Popular com o PSB e o PCdoB em torno da candidatura de Lula em 1989.

MAG começou sua militância ainda no período anterior ao golpe civil-militar de 1964, nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e vereador em Porto Alegre.

Depois do golpe, rompeu com o PCB e participou da organização do POC, o Partido Operário Comunista, juntamente com egressos da Polop. Duramente perseguido pela ditadura, exilou-se entre os anos 1970 e 1979, primeiramente

no Uruguai, depois Chile e com a deposição de Salvador Allende, rumo para a França.

Formado em Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fez a pós-graduação na École de Hautes Études em Ciências Sociais, em Paris. Foi professor nas universidades de Paris VIII e Paris X, na França e na Universidade do Chile, na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Terminou sua carreira acadêmica como professor no Departamento de História da Unicamp, em Campinas. Na cidade, ocupou a Secretaria Municipal de Cultura, entre os anos 1989 e 1990.

Foi secretário de Relações Internacionais do PT, iniciando processo de aglutinação das forças progressistas e de esquerda na região e que tempos depois vieram a se articular no Foro de São Paulo.

Profundamente envolvido nas questões internacionais e, principalmente, nas situações da América-Latina, Marco Aurélio ocupou durante 13 anos o cargo de assessor especial para Assuntos Internacionais dos governos Lula e Dilma.

Morto aos 76 anos, em 20 de julho de 2017, vítima de um infarto fulminante, MAG deixa um legado para as novas gerações da esquerda de luta e dedicação ao povo. Defensor de alianças políticas, nunca deixou de pontuar que o

lado da mesa em devemos sentar é sempre o lado dos trabalhadores, dos humilhados e dos ofendidos pela miséria.

Amigo e companheiro de Lula, foi assim lembrado: “Marco Aurélio faz uma falta tremenda aos seus amigos, ao Brasil e a toda América-Latina. Ele foi uma grande figura humana e política, dessas realmente inesquecíveis. Sempre admirei a sua inteligência, o seu compromisso com a democracia e a justiça social e a sua enorme capacidade de trabalho. Sem falar no bom humor e na ironia contagiante que eram sua marca registrada. Tenho orgulho de ter contado com a parceria do nosso querido MAG no governo federal...Agora que Marco Aurélio não está mais fisicamente entre nós, a melhor forma de demonstrar nossa saudade e o nosso carinho é continuar lutando cada vez com mais vigor, com toda a nossa alma, por um Brasil livre, soberano e justo. E por uma América-Latina de progresso e equidade”.

Nesse momento em que o Brasil enfrenta um dos mais tenebrosos períodos de sua história, onde a necropolítica tem sido a tônica do atual desgoverno e que vemos com clarividência a falta da visão de futuro de um militante e dirigente como Marco Aurélio Garcia.

Viva MAG! •



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

24 JULHO VAITER MAIS

FORA, BOLSONARO!

**VENHA PRA LUTA
EM TODO O BRASIL**

SIGA AS NOSSAS REDES SOCIAIS

INSTAGRAM: @FORABOLSONARONACIONAL

TWITTER: @FORABOLSONARONA

**FORA
BOLSONARO**